

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MARILIA ALVES DURANS

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise da implementação da lei 10.639/2003**

São Luís
2018

MARILIA ALVES DURANS

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise da implementação da lei 10.639/2003**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Francilene Cardoso.

São Luís
2018

Durans, Marília Alves.

A importância da biblioteca escolar como espaço para a promoção das relações étnico-raciais: análise da implementação da lei 10.639/03./ Marília Alves Durans. – São Luís, 2018.

67 fls.: il.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientadora: Francilene do Carmo Cardoso

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, 2013.

1. Biblioteca Escolar. 2. Escola. 3. Relações étnico-raciais. 4. Lei nº 10.639/03. 5. Lei nº 12.444/10. I. Título.

MARILIA ALVES DURANS

**A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise da implementação da lei 10.639/2003**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Francilene do Carmo Cardoso (Orientadora)
Doutorado em Serviço Social (UFRJ)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Aldinar Martins Bottentuit
Doutorado em Ciências da Informação (UNESP)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Serra Pinto de Alencar
Doutorado em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus meninos Renatinho e Malcolm

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível;

Aos meus pais Sr. Durans e Maria do Carmo pelos ensinamentos e valores que sempre levarei comigo;

Aos meus filhos Malcolm e Renato que são minhas forças para seguir na caminhada;

A todos os meus irmãos por tudo que representam para mim;

À todos os meus sobrinhos que amo como se fossem meus;

À professora Francilene Cardoso pela orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia;

As amigadas verdadeiras que construí ao longo do Curso;

E por fim, a todos os professores (as) da UFMA pelos ensinamentos.

“A educação é um elemento importante na luta pelos direitos humanos. É o meio para ajudar os nossos filhos e as pessoas a redescobrirem a sua identidade e, assim, aumentar o seu auto-respeito. Educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã só pertence ao povo que prepara o hoje”.

Malcolm X

RESUMO

Trabalho sobre as relações étnico-raciais na biblioteca escolar. Apresenta alguns conceitos e histórico sobre biblioteca escolar, o papel do bibliotecário como mediador de informação, aborda a implantação Lei nº 12.244/2010 da Universalização da Biblioteca Escolar. Trata da Educação das relações étnico-raciais, história e surgimento deste debate. Ressalta a lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, contexto e finalidade na sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é analisar a função da biblioteca escolar e sua contribuição para o fortalecimento da educação por meio das relações étnico-raciais e suporte para aplicação da lei 10.639/2003, o lócus da pesquisa foi a biblioteca do Centro Integrado do Rio Anil-Cintra. Para tanto, foi desenvolvida um pesquisa de caráter qualitativo, quantitativo e descritivo, adota como técnicas para a coleta de dados a aplicação de entrevistas e observação participante. Busca fazer um levantamento do acervo relativo à temática, além de refletir as práticas das bibliotecárias com o trato sobre a lei. Concluí que há certo distanciamento da biblioteca quanto a aplicação da lei, visando contribuir para propiciar o conhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Relações Étnico-raciais. Lei 10.639/2003. Biblioteca do Cintra

ABSTRACT

Work on ethnic-racial relations in the school library. It presents some concepts and history about school library, the role of the librarian as mediator of information, addresses the implementation Law nº 12.244 / 10 of the Universalization of the School Library. It deals with the education of ethnic-racial relations, history and the emergence of this debate. The Law 10.639 / 03, context and purpose in Brazilian society is highlighted. The objective of this work is to analyze the function of the school library and its contribution to the strengthening of education through ethnic-racial relations and support for law enforcement 10.639 / 03, the locus of the research was the library of the Integrated Center of Rio Anil- Cintra. For that, a research of qualitative, quantitative and descriptive character was developed, we adopted as techniques for data collection the application of questionnaires, interviews and participant observation. We seek to make a survey of the collection related to the theme, in addition to reflecting the practices of librarians with the treatment of the law. We conclude that there is a certain distance from the library regarding law enforcement, in order to contribute to fostering knowledge and respect for ethnic-racial diversity.

Key words: School Library. Ethnic-racial relations. Law 10.639 / 03.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Recursos Humanos.....	45
Quadro 2	Recursos Materiais.....	46
Quadro 3	Descrição do acervo.....	46
Quadro 4	Como é o processo de escolha dos livros e materiais pedagógicos utilizados na biblioteca?.....	53
Quadro 5	Conhece no acervo se existe algum livro sobre cultura africana e afro-brasileira?.....	54
Quadro 6	Segundo sua opinião, qual a contribuição do negro para o Brasil?.....	55
Quadro 7	Tem conhecimento da Lei Federal 10.639/03? Qual a importância dessa lei?	57
Quadro 8	Tem conhecimento sobre os kits “A cor da cultura” ?.....	58
Quadro 9	Quais são as ações/Projetos da biblioteca? São planejadas periodicamente?	60
Quadro 10	Existe alguma ação voltada para questão racial? Que trabalhe o negro, cultura africana e afro-brasileira?.....	60
Quadro 11	A biblioteca trabalha datas importantes para a população negra?.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: breve contexto e processo de implementação e processos 10.639/03.....	16
2.1	Lei 10.639/2003: caracterização e conteúdo.....	21
2.1.1	As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana-DCNRER.....	22
2.1.2	Projeto Cor da Cultura.....	25
3	A BIBLIOTECA NA ESCOLA: origem, concepções e desafios contemporâneos.....	27
3.1	Biblioteca Escolar: aspectos históricos.....	28
3.2	Concepções e desafios contemporâneos da biblioteca escolar	30
3.3	A Lei 12.244/2010	35
3.4	O papel do bibliotecário escolar	
4	ASPECTOS METODOLOGICOS E UNIVERSO DA PESQUISA	40
4.1	O Centro Integrado do Rio Anil – Cintra	41
4.2	Biblioteca do Cintra	42
5	A BIBLIOTECA ESCOLAR E A PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise de dados da pesquisa.....	48
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE	70

1 INTRODUÇÃO

O desejo de pesquisar sobre as relações étnico-raciais na biblioteca escolar surgiu em decorrência da minha trajetória no movimento estudantil, movimento negro e de experiência como discente do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e das atividades que desenvolvi ao longo desse processo de formação, em especial na minha experiência como estagiária em biblioteca escolar e enquanto negra.

Essas atividades fizeram-me perceber a necessidade de discutir a questão racial haja vista que são questões conflitantes e que ainda permeiam o imaginário coletivo. No entanto, para a grande maioria dos envolvidos no processo escolar, a relação entre raça/racismo e educação passa despercebida. No que se refere à experiência discente na ocasião foram observadas muitas dificuldades e desconhecimento por parte dos bibliotecários sobre o trato pedagógico das questões raciais no cotidiano da escola. Esta realidade revelou-me a necessidade de debates e formações constantes que possibilitassem aos bibliotecários compreenderem de maneira consciente e adequada com a diversidade étnico-racial de seus usuários.

Assim, a vivência nesses espaços possibilitou constantes inquietações e desafios motivados pela quase ausência de uma representação da população negra tanto nas discussões da academia quanto nos espaços escolares, nos planos de ensino e nos livros didáticos. De modo que percebi a importância deste debate na perspectiva da construção de relações sociais justas, humanas e coletivas.

O Brasil sob o aspecto étnico é caracterizado pela diversidade, fruto da convivência e desencontro de três segmentos fundamentais: branco, negro e índio. Apesar dessa pluralidade, hierarquicamente atribui-se ao segmento branco uma posição de superioridade na constituição da sociedade brasileira. As relações étnicas sempre estiveram associadas à constituição civilizacional do país e, dentro dessa perspectiva, o negro e o indígena foram apresentados como entraves a um possível progresso. Nesse sentido, a questão étnica se transformou em instrumento para o estabelecimento de diferenças sociais.

Com efeito, ao longo da história do Brasil, a população negra, por força de determinações históricas e ideológicas, ocupou um lugar subalterno nos mais diversos setores e em especial na escola, objeto de nosso estudo. Constatam-se omissões e lacunas presentes no tratamento da história, da cultura, do trabalho e da

resistência negra no Brasil e desinformações sobre o continente africano. Portanto, a escola tem desempenhado um papel importante na reprodução de padrões e valores eurocêntricos negando os referenciais históricos e culturais da população negra brasileira (GOMES, 1997; CUNHA JUNIOR, 1999; MUNANGA, 2000).

A questão racial na escola sempre teve pouca ou nenhuma relevância nas propostas pedagógicas até hoje existente, isto se dá ao fato de secundarizar a importância do negro na construção e formação da sociedade brasileira, contribuindo sensivelmente para o fortalecimento de práticas racistas e eurocêntricas. De um modo geral a escola juntamente com seus profissionais da educação omite o respeito à diversidade racial e não reconhecem com dignidade a criança e juventude negra no próprio cotidiano escolar, grande parte dos professores não percebem ou fingem não perceber os conflitos e as discriminações raciais entre os próprios alunos e entre estes e professores.

Os conflitos e a discriminação são fatores latentes e vigentes na escola, e não se limitam apenas as relações interpessoais. Nos diversos materiais didáticos pedagógicos, tais como jornais, revistas e principalmente no livro didático que é bastante usado em sala de aula, percebe-se que a visão eurocêntrica é um fator determinante, pois a cultura do branco (europeu) é retratada de maneira positiva em detrimento da cultura afro. No livro didático, o negro não é visto como um guerreiro, líder e sim como escravo sem raízes e sem cultura. Logo, o próprio livro didático reforça o processo discriminatório no cotidiano escolar.

Apesar dos problemas administrativos, estruturais e pedagógicos a escola é um ambiente fértil para a realização de ações criativas que visam a formação de leitores e pesquisadores. No entanto, a biblioteca escolar (BE) deve trabalhar com os professores e alunos e não apenas para eles. A respeito do assunto Fragoso (2002), afirma que a biblioteca escolar, longe de constituir mero depósito de livros, é um centro ativo de aprendizagem. Nunca deve ser vista como mero apêndice das unidades escolares, mas como núcleo ligado ao pedagógico.

Portanto, as bibliotecas escolares devem submeter-se a um planejamento integrado a equipe pedagógica, para que o bibliotecário possa alcançar a base de apoio que precisa para ser eficaz e eficiente nas suas atividades. Então, precisa-se de uma formação reflexiva e questionadora da realidade evitando que sua prática seja uma mera repetição e reprodução de conteúdo e práticas racistas, permitindo um processo de ensino aprendizagem transformador.

A transmissão de conhecimento através da ação pedagógica na biblioteca faz com que a sociedade torne-se crítica e que tenha consciência sobre os trabalhos desenvolvidos nela. Enfatiza-se então a função do bibliotecário dentro deste espaço, que é cumprir com as suas funcionalidades educadora, técnicas e fortalecer o seu lado humanístico, ou seja, olhar ao redor da comunidade em que se encontra a biblioteca e satisfazer a necessidade de informação dos seus usuários.

Neste sentido, as bibliotecas escolares assumem papel fundamental ao possibilitar à comunidade escolar o acesso à leitura, através do seu acervo e mostrar ao aluno a importância do livro como prática de leitura. Entendendo a importância da formação do bibliotecário na valorização e resgate da contribuição dos negros, que aqui foram investigadas as práticas pedagógicas desenvolvidas por estes no que se refere a temática étnico-racial.

Essa escolha se justifica pela “necessidade” de compreender o papel da biblioteca escolar e de que forma esta influencia e atua como instrumento na disseminação de uma cultura, diversidade e promoção de igualdade racial de acordo com a Lei Federal 10.639/03 seus alunos (usuários).

Neste contexto, analisamos como os bibliotecários (as) de biblioteca escolar em uma escola pública de São Luís têm trabalhado as relações étnico-raciais e como tem contribuído para a formação da identidade de seus usuários através da aplicação da Lei 10.639/2003 (Lei sancionada em 9 de janeiro de 2003, instituindo a obrigatoriedade do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira).

Antes da pesquisa empírica, realizamos uma revisão bibliográfica, buscando a fundamentação teórica sobre o objeto de estudo por meio de publicações e documentos que abordam a temática. Dessa forma, objetivamos caracterizar sumariamente a biblioteca escolar, as relações da educação étnico-raciais, a construção da identidade racial, as práticas bibliotecárias e os materiais didáticos.

Sendo assim, os estudos de Cardoso (2015), Fragoso (2002), Hisslesheim e Fachini (1999), Gomes (1998), Nascimento (1998) dentre outros autores, serviram como suporte teórico que nortearam o nosso conhecimento acerca da realidade pesquisada.

Selecionamos como lócus de análise a Biblioteca Escolar do Centro Integrado do Rio Anil – Cintra uma escola da rede pública estadual, localizada no Bairro do Anil.

De posse dos dados levantados na pesquisa empírica, bibliográfica e documental, buscou-se a sistematização e análise em consonância com os objetivos pretendidos e o estudo das categorias, no intuito de responder as questões levantadas.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a função da biblioteca escolar e sua contribuição para o fortalecimento da educação por meio das relações étnico-raciais e suporte para aplicação da lei 10.639/03.

Baseados nesses objetivos, algumas questões foram basilares nas perspectivas de nossa pesquisa, quais foram:

- A escola está de fato implementando a lei 10.639/2003 como forma de resgate e valorização da história e cultura negra?
- Qual o verdadeiro papel das bibliotecas escolares hoje?
- O acervo está devidamente condizente ao que prevê a lei 10.639?
- Como biblioteca escolar consegue influenciar no tocante ao, processo de identificação étnico-racial do negro?
- Qual deve se a postura do bibliotecário diante deste fato?

A divisão do trabalho se estrutura inicialmente em 4 capítulos: no primeiro apresenta-se o surgimento, trajetória, concepções e desafios contemporâneos da biblioteca escolar no Brasil, faz uma abordagem da Lei nº 12244/10 que determina as diretrizes e instalações de bibliotecas escolares públicas e privadas, trata do papel do bibliotecário na escola e sua importância no ambiente escolar. No segundo, relata-se a educação para as relações étnico-raciais, seu contexto histórico e implementação da lei 10.639/2003. No terceiro capítulo, refere-se aos aspectos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa e a descrição do instrumento de coleta de dados. No quarto apresenta-se o resultado da pesquisa de campo, analisando o trato pedagógico das relações étnico-raciais na biblioteca escolar do Centro Integrado do Rio Anil – Cintra.

2 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: breve contexto e processo de implementação da lei 10.639/03

A questão racial é um tema central na sociedade brasileira, não só pelo fato do Brasil ter sido o país das Américas que recebeu a maior população escravizada, mas também pelo fato de ter uma composição pluriétnica da população composta por muitos negros e indígenas numa estrutura econômica e social marcada por discriminação e desigualdades raciais.

Convém ressaltar que o preconceito racial, a discriminação e o racismo não são manifestações inatas, mas construídas no contexto da exploração econômica pela coroa portuguesa e burguesia brasileira, afinal, pesa sobre a história do país 380 anos de escravidão e 130 anos de abolição que não garantiu políticas públicas e inserção do negro ao mercado de trabalho.

Nessa direção, o Brasil desde a sua origem pautou-se na construção do Estado mantendo os interesses de países externos (Portugal e Inglaterra) e privilégios da elite nacional em detrimento de uma parcela significativa da sociedade. Desta forma, a população negra foi privada de ter acesso a bens materiais e simbólicos, mas, tem resistido bravamente ao preconceito e discriminação, buscando diferentes formas de resistência que vão desde fugas, construção de quilombos, rebeliões, organização de grupos culturais, manutenção da religião de matriz africana, organização de entidades negras, enfim, busca formas de lutas e ordenação de sua sobrevivência e de seus legados culturais.

Assim, setores organizados do Movimento Negro têm exigido do Estado políticas de reparações pelos anos de escravização e desigualdades sociais estabelecidas, mesmo depois de ser abolida a escravidão. Essas políticas que convencionalmente foram denominadas de Ações Afirmativas designam uma série de medidas compensatórias em favor da população negra, assegurando a igualdade de oportunidades.

O marco dessa pauta reivindicatória foi o 20 de novembro de 1995 em comemoração ao Tricentenário de Zumbi, quando as entidades do Movimento Negro conseguiram mobilizar caravanas para Brasília com cerca de 30 mil pessoas. Nessa marcha, apresentou-se um documento “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” que abordou além de questões do genocídio, violência, exclusão, formas de o Estado repressar o racismo, exigiu políticas públicas centradas

na democratização de informações; mercado de trabalho; educação; cultura e comunicação; saúde; violência; religião; terra e reparações. Oficialmente o efeito disso foi a institucionalização em 1996, mesmo que simbólica, de um Grupo de trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.

Algumas ações, nesse período, começam a ser realizadas. Parece oportuno evocar aqui o discurso sobre políticas de ação afirmativa do Senador Abdias Nascimento¹ por ocasião dos 110 anos da Abolição no dia 13 de maio de 1998 no Senado Federal:

“Ação afirmativa” ou “ação compensatória” é, pois, um instrumento, ou conjunto de instrumentos, utilizado para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo dos negócios. Por meio deles, o Estado, a universidade e as empresas podem não apenas remediar a discriminação passada e presente, mas também prevenir a discriminação futura, num esforço para se chegar a uma sociedade inclusiva, aberta à participação igualitária de todos os cidadãos. Ao contrário do que costumava afirmar seus adversários, a ação compensatória recompensa o mérito e garante que todos sejam incluídos e considerados com justiça ao se candidatarem a empregos, matrículas ou contratos, independentemente de raça ou de gênero. São seus propósitos específicos: 1) aumentar a participação de pessoas qualificadas, pertencentes a segmentos historicamente discriminados, em todos os níveis e áreas do mercado de trabalho, reforçando suas oportunidades de serem contratadas e promovidas; 2) ampliar as oportunidades educacionais dessas pessoas, particularmente no que se refere à educação superior, expandir seus horizontes e envolvê-las em áreas nas quais tradicionalmente não têm sido representadas; 3) garantir as empresas de propriedade de pessoas desses grupos oportunidades de estabelecer contratos com o governo, em âmbito federal, estadual ou municipal, dos quais de outro modo estariam excluídas.

Como se observa as ações afirmativas são medidas amplas para promover a igualdade de oportunidades. Tais medidas embasam-se em argumentos jurídicos e superam a perspectiva mal sucedida de meritocracia, pautando-se em discriminação positiva. Desta forma, Nascimento (1998) destaca três convenções internacionais de que o Brasil é signatário, têm força de lei e contemplam a adoção de medidas compensatórias são elas:

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da Organização das Nações Unidas, cujo art. 1º, item 4, diz o seguinte: “Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos [...] que necessitem da

¹Personalidade Negra. Um ativista reconhecido pelo Movimento Negro. Foi membro da Frente Negra Brasileira e um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro. Poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário e político. Escreveu vários livros dentre eles: Genocídio do Negro Brasileiro (1978) e O Quilombismo (1980).

proteção que possa ser necessária para proporcionar[...] igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais [...].”

Teor semelhante tem o art. 2º da **Convenção 111 da OIT – Organização Internacional do Trabalho**, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, pelo qual cada signatário “compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover [...] a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria”. E também o art. IV da **Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, da UNESCO**: “Os Estados Partes [...] comprometem-se [...] a formular, desenvolver e aplicar uma política nacional que vise a promover [...] a igualdade de oportunidade e tratamento em matéria de ensino.” (Discurso de Abdias Nascimento, 13 de maio de 1998 no Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa – Secretaria de Taquigrafia e Secretaria de Ata Secretaria de Informação e Documentação – Subsecretaria de Informações. Grifos nossos).

A esse conjunto de convenções internacionais supracitadas soma-se a Conferência de Durban, realizada em 2001, conferência que ficou conhecida como III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. Nesse evento, além de promover um debate acerca do racismo, discriminação e suas formas correlatas, foi proposto um plano de ação para os Estados. O Documento aponta:

Destacamos a necessidade de se desenhar, promover e implementar em níveis nacional, regional e internacional, estratégias, programas, políticas e legislação adequados, os quais possam incluir medidas positivas e especiais para um maior desenvolvimento social igualitário e para a realização de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, inclusive através do acesso mais efetivo às instituições políticas, jurídicas e administrativas, bem como a necessidade de se promover o acesso efetivo à justiça para garantir que os benefícios do desenvolvimento, da ciência e da tecnologia contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida para todos, sem discriminação. Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições. Dentre estas medidas devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação; Relembramos a importância de se fomentar a cooperação internacional para promover (a) a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; (b) a efetiva aplicação dos tratados e instrumentos internacionais que proibam estas práticas, pelos Estados; (c) os objetivos da Carta das Nações Unidas neste sentido; (d) o alcance dos objetivos estabelecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio-

Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência Mundial de Direitos Humanos ocorrida em Viena, em 1993, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento ocorrida no Cairo, em 1994, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social ocorrida em Copenhague em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorrida em Beijing, em 1995, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) ocorrida em Istambul, em 1996 e a Cúpula Mundial sobre Alimentação, ocorrida em Roma, em 1996, assegurando que estes objetivos beneficiem de forma igualitária para todas as vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; Reconhecemos a importância da cooperação entre os Estados, organizações regionais e internacionais pertinentes, instituições financeiras internacionais, organizações não-governamentais e entre indivíduos na luta mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que o sucesso nesta luta requer que sejam levadas em consideração, especificamente, as queixas, opiniões e demandas das vítimas de tais discriminações; Reiteramos que a resposta e a política internacionais, incluindo assistência financeira aos refugiados e às pessoas deslocadas em diferentes partes do mundo, não devem basear-se em discriminação fundadas na raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional dos refugiados e pessoas deslocadas e, neste contexto, exortamos a comunidade internacional a aumentar a provisão de assistência adequada sobre bases equitativas a ser dada aos países, em particular, aos países em desenvolvimento e países em transição (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 33-34).

No campo da educação a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância tem uma seção específica intitulada “Acesso à educação sem discriminação”.

Insta os Estados a comprometerem-se a assegurar o acesso à educação, incluindo o acesso gratuito à educação fundamental para todas as crianças, tanto para meninas quanto para meninos, e o acesso à educação e aprendizado permanente para adultos, baseado no respeito aos direitos humanos, à diversidade e à tolerância, sem discriminação de qualquer tipo; Insta os Estados a assegurarem igual acesso à educação para todos na lei e na prática e para absterem-se de qualquer medida legal ou outras que levem à segregação racial imposta sob qualquer forma no acesso à educação;

Insta os Estados a: Adotarem e implementarem leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal; Tomarem todas as medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação; Assegurarem que todas as crianças tenham acesso, sem discriminação, à educação de boa qualidade; Estabelecerem e implementarem métodos padronizados para medir e acompanhar o desempenho educacional de crianças e jovens em desvantagem; Comprometerem recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças; Apoiarem os esforços que assegurem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; e a Considerarem o estabelecimento de programas de assistência financeira desenhados para capacitar todos os estudantes, independente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de ensino superior; Insta os Estados a adotarem, onde seja aplicável, medidas apropriadas para

assegurar que pessoas pertencentes às minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas tenham acesso à educação sem discriminação de qualquer tipo e, quando possível, tenham oportunidade de aprender sua própria língua a fim de protegê-las de qualquer forma de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata a que possam estar sujeitas; (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 64-65).

Como se observa a Declaração de Durban produz efeito jurídico, orienta e estipulam direitos e obrigações aos Estados nacionais. Desta forma e a partir da pressão do movimento negro organizado é que a questão racial passou a fazer parte da agenda política brasileira. Os Estados deverão apresentar propostas de promoção de políticas de igualdade racial.

No Brasil essa pauta foi incorporada a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a Lei 10.639/2003 que instituiu no currículo das escolas Estudos Africanos e Afro-brasileiro.

Destacamos que essas ações foram um avanço para implementação da política racial no país, porém, apresentamos algumas críticas na efetivação dessas políticas. Uma delas é a institucionalização de entidades do movimento negro; algumas entidades, durante esse período transformaram-se em ONG e lideranças passaram a fazer parte da cúpula de gestão, sem de fato refletirem e aprofundarem os problemas contundentes de enfrentamento ao racismo como: genocídio da juventude negra, feminicídio das mulheres negras e a política de encarceramento que cresceu no período de gestão de governos que estiveram a frente da implementação dessas políticas.

Outro aspecto é que a SEPPIR teve sérios problemas de funcionamento com recursos humanos, financeiros, além de ser a secretaria com menor orçamento até ser extinta em 2015. E em relação ao Estatuto da Igualdade Racial quando foi aprovado retirou pautas importantes como: cotas nas universidades públicas, cotas no mercado de trabalho, regularização de terras para remanescentes de quilombos. Durante a aprovação do Estatuto foi vetado os artigos que tratavam do financiamento da Lei 10.639/2003.

Em relação a Lei 10.639/2003 depois de 15 anos de sua aprovação o seu conteúdo ainda é desconhecido por boa parte dos professores, persistindo nossa hipótese de que a falta de informação é resultado da falta de preparação do corpo docente, bem como pela escassez de material didático consistente para subsidiar professores e materializar a Lei na prática.

2.1 Lei 10.639/2003: caracterização e conteúdo

A Lei 10.639 foi sancionada e entrou em vigor no dia 9 de janeiro de 2003. Ela altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 para incluir a obrigatoriedade de História da África e Cultura Afro-Brasileira no Currículo das escolas de ensino fundamental, médio, oficial e particulares.

É composta por apenas dois artigos no qual estabelece a inclusão do ensino de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, através de suas contribuições nas áreas cultural, social, econômica e política, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Destaca ainda a inclusão no calendário escolar o “20 de novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra.

Para regulamentar a Lei 10.639/03 foram realizadas algumas ações institucionais como objetivo de intervir no campo educacional. Essas ações se referem ao conteúdo da Lei e sugestão de como implementá-lo. Dentre essas ações podemos citar: Parecer 003/2004 e a Resolução 001/04 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros que tem por objetivo Elaborar, acompanhar, analisar e avaliar Políticas Públicas relacionadas à Lei; o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana; o Projeto “A cor da cultura” que implementa ações culturais e ferramentas audiovisuais - programas para televisão, *kit* “A cor da cultura”; o Programa Nacional do Livro Didático; a Coleção História Geral da África; o *Kits* de apoio e o Programa Nacional Biblioteca na Escola.

Para efeito didático e por considerarmos ações mais relevantes que aproximam com o nosso objeto de estudo, abordaremos duas ações que no nosso ponto de vista são as mais relevantes - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana (DCNRER) e o Projeto Cor da Cultura. Eles abordam a questão negra em todos os níveis de ensino, se tornando um significativo instrumento norteador do currículo para uma educação das relações étnico-raciais e, portanto, para as bibliotecas escolares também.

2.1.1 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana- DCNRER

O Documento da DCNRER resgata a notável contribuição da civilização africana e seu legado para a sociedade brasileira; o reconhecimento do racismo no país e a necessidade de política de reparações, além de orientar os sistemas de ensino para que divulguem, respeitem e valorizem a cultura e história dos africanos e afro-brasileiros, tendo em vista a construção de uma educação positiva das relações étnico-raciais.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2004, p. 12)

Outra importante contribuição se refere ao entendimento do papel da escola nessa tarefa. O Documento destaca que combater o racismo, bem como empreender a reeducação das relações étnico-raciais não depende unicamente da escola, mas passa também por essa instituição social, visto que a tarefa da escola é educar as gerações, podendo constituir-se em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam uma sociedade justa (BRASIL, 2004).

O Documento ministerial também chama a atenção que para obter sucesso é preciso superar o imprevisto de sala de aula e isso requer objetividade para desconstruir mentalidades racistas históricas, superar o etnocentrismo, reestruturar as relações étnico-raciais e desalienar processos pedagógicos.

O Documento apresenta eixos de orientações que fundamentam as determinações dessas diretrizes: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana suas determinações; Consciência Política e Histórica da Diversidade (como base filosófica e pedagógica); Fortalecimento de Identidades e de Direitos (com finalidades de negociação e construção de uma sociedade justa); Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações.

O último eixo, citado, orienta sobre a relação entre os componentes didáticos: objetivos, metodologia e conteúdo vinculados a experiências dos professores, alunos e coordenação escolar, valorizando a oralidade, a participação do Movimento Negro e grupos culturais. Propõe que o Ensino de História da África se dará em diferentes meios e atividades curriculares, em diferentes níveis e modalidades de ensino. Destaca a valorização do calendário da memória de negritude: 13 de maio como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra e 21 de março Dia Internacional de luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais destacam também personalidades da luta e resistência negra, dentre eles: Rainha Nzinga, Toussaint-L'Ouverture, Martin Luther King, Malcom X, Marcus Garvey, Aimé Cesaire, Léopold Senghor, Mariama Bâ, Amílcar Cabral, Cheik Anta Diop, Steve Biko, Nelson Mandela, Aminata Traoré, Christiane Taubira.

E como proposta para implementação na prática em todos os níveis de ensino o Documento propõe que se providencie:

Organização de centros de documentação, bibliotecas, midiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.

Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Identificação, coleta, compilação de informações sobre a população negra, com vistas à formulação de políticas públicas de Estado, comunitárias e institucionais. - Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). - Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo (BRASIL, 2004, p. 24-25).

Nesta ordem, observa-se a partir das Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico- Raciais o papel atribuído à biblioteca: organização de documentos, identificação, coleta, compilação de informações sobre a população negra, livros didáticos, paradidáticos e outros materiais como vídeos, filmes, mapas sobre diáspora e África, quilombos, enfim a biblioteca pode ser um lugar rico de experiências africanas e afro-brasileira. A biblioteca é vista como um centro de documentação e experiências com vistas a aplicação da Lei 10.639/2003.

O parecer do Conselho Nacional de Educação nº 003/2004 também é enfático ao abordar sobre esse papel:

Edição de livros e de materiais didáticos para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afro- descendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE). (BRASIL, 2004, p.15).

Neste sentido, para implementar os Estudos Africanos e Afro- brasileiro no Currículo é necessário acervos que possibilitem a apreensão desses conhecimentos sistematizados que são livros, paradidáticos e outras imagens, um acervo que contemple as políticas de diversidades e as específicas que valorizem a cultura africana para estimular a autoestima de crianças, jovens e adultos negros, ao mesmo tempo que promova o acesso aos conhecimentos históricos negados aos negros e não negros, corrigindo distorções, preconceitos e possibilitando o sabe a todos.

2.1.2 Projeto Cor da Cultura

Surgiu para orientar a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira no currículo escolar. Foi elaborado em 2005 em uma parceria da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial- SEPIR, Petrobrás, do CIDAN, TV Globo, TV Educativa e Canal Futura.

Entre seus objetivos, o Projeto visa criar materiais pedagógicos para auxiliar na capacitação dos docentes, além de contribuir para práticas pedagógicas inclusivas. Apresenta o histórico de contribuição da população negra por meio material didático que deve ser aplicado e distribuído nas escolas públicas.

Ele está organizado em duas partes: a produção áudio- visual e a formação de professores. A produção audiovisual é composta por cinco grades de programação divididas entre três canais de televisão (TV Globo, Canal Futura e TV Educativa). São os programas: Ação, exibido no Canal Futura e na TV Globo, Livros Animados e Nota 10 do Canal Futura. Tem ainda os Heróis de todo mundo e Mojubá, exibidos no Canal Futura e na TVE. Dispõe de jogos educativos, e o CD Gonguê.

A formação se dá através da capacitação de professores de vários estados do país e com a distribuição de kits educativos para escolas públicas de ensino fundamental onde lecionam.

Utiliza como metodologia a oralidade, a circularidade, a corporeidade, a musicalidade, o cooperativismo/comunitarismo e a ludicidade.

Os Livros, do kit do projeto “A Cor da Cultura”, se dividem em: Modos de Ver, Modos de Interagir, Modos de Sentir e Memórias das Palavras.

Essas iniciativas ministeriais são importantes e fundamentais para implementação da Lei 10.639/03, resultado de um longo processo de lutas pela urgência de políticas por reparações ao povo negro. A própria Lei é uma política de ação afirmativa, mas tem seus limites dentro da estrutura social e econômica mais ampla. Uma verdadeira política de reparações deve exigir mudança na estrutura da sociedade, possibilitando um pleno plano de emprego e renda para a população negra, além de políticas públicas que garanta pleno acesso à escolarização em todos os níveis, saúde, moradia digna, bibliotecas, além de outros requisitos que inclua o bem-estar do conjunto da população.

É inegável que a Lei 10.639/03 é um avanço, porém muito ainda deve ser feito para que se torne popular e oportunize de fato o acesso a conhecimentos sobre a África e dos africanos. Contudo, precisa de política orçamentária na compra de livros, paradidáticos e outros materiais, equipar bibliotecas escolares e públicas, além de investimentos na formação de bibliotecários, professores e alunos.

3 A BIBLIOTECA NA ESCOLA: origem, concepções e desafios contemporâneos

A palavra biblioteca tem sua origem nos termos gregos *biblíon* (livro) e *theka* (caixa), que significa o móvel ou lugar onde se guardavam livros, escritos, rolos de papiro e de pergaminho. Ao se descrever o que é uma biblioteca o que mais se ressalta é a parte material, no entanto, não pode ser vista apenas como um depósito de livros, mas acima de tudo como um espaço voltado à pesquisa e construções de saberes, daí sua importância na construção e evolução do pensamento humano.

Desde o seu surgimento, as bibliotecas têm modificados os suportes utilizados em seus acervos. As primeiras bibliotecas eram constituídas por escritos em minerais de tablete de argila, depois surgiram os vegetais e animais formados de rolos de papiro e pergaminho, com o advento do papel surgiram as primeiras bibliotecas de papel e conseqüente as bibliotecas dos livros.

Como se observa neste breve histórico, para chegar a este formato que tem nos dias de hoje, as bibliotecas passaram por diferentes processos. Entender a tipologia de cada biblioteca e perceber a função social de cada uma requer um conhecimento mais apurado da comunidade na qual a biblioteca está inserida, evidenciando principalmente suas necessidades e seus anseios por informação e hábitos culturais, o que proporcionará o estabelecimento de diretrizes e ações que permitirão alcançar os resultados almejados com o fazer cultural e educacional.

Neste sentido, antes de se falar sobre a biblioteca escolar é importante conhecer sobre o sua origem e evolução no Brasil, discorrer sobre suas definições, funcionamento, missão, sua relevância e desafios no processo educativo, bem como contextualizar a Lei nº 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país, ressaltando o papel do bibliotecário escolar que serão abordados neste trabalho .

3.1 Biblioteca Escolar: aspectos históricos

Para se fazer um levantamento histórico da biblioteca escolar no Brasil, tomando por base seu surgimento e desenvolvimento não é algo fácil, devido à ausência de registros e fontes de informações relacionados a educação e a cultura nesse período.

Em linhas gerais de que se tem registro as primeiras bibliotecas escolares que surgiram no Brasil foram com a chegada da família real em 1549, com a instalação do Governo-Geral em Salvador. Os jesuítas e outras ordens religiosas foram os responsáveis pela criação das primeiras bibliotecas no país, também fundaram colégios, conventos, que vieram de Portugal, país que passava por mudanças no cenário cultural e religioso no período renascentista.

No Brasil, a Companhia de Jesus se instalou com a intenção de pregar o catolicismo para os índios e educar os colonos. Assim, a igreja, até o final do século XVII, assumiu o papel exclusivo de educadora do Estado. As primeiras bibliotecas escolares pertenceram aos colégios religiosos, e eram os jesuítas os maiores responsáveis por trazer livros para o país. As bibliotecas dos colégios jesuítas não atendiam apenas alunos e padres, mas qualquer cidadão que realizasse pedido adequado. Possuíam acervo de nível universitário, contendo livros de diversos campos do conhecimento.

Cabe destacar que o surgimento das primeiras bibliotecas escolares não contou apenas com a contribuição dos jesuítas, mas também com outras ordens religiosas, a exemplo dos carmelitas, beneditinos e franciscanos, que possuíam colégios dentro dos conventos e ofereciam cursos superiores para formação de frades, excelentes bibliotecas com acervo muito atual para época. Após a segunda metade do século XVIII, as bibliotecas conventuais deixaram de ser o principal centro de cultura e ensino de brasileiros. (MORAES, 2006).

A maior biblioteca daquela época foi a do Colégio de Salvador que somava 15.000 volumes trazidos pelo padre Manuel da Nóbrega. Destaca-se o ano de 1661 em que o Padre Antônio Vieira, em sua passagem pelo Maranhão, ressaltou que o acervo do colégio estava implantado em uma sala especial com capacidade de 5.000 volumes, em 1790, no Pará a biblioteca do Colégio de Santo Alexandre somava mais de 2.000 exemplares, e no Colégio do Rio de Janeiro possuía 5.434 volumes. Em Recife é provável que existissem duas bibliotecas uma

de uso particular e outra de uso dos padres, ressalta-se que as bibliotecas dos colégios jesuítas destinavam-se a qualquer pessoa que tivesse um pedido de licença para delas usufruir.

Percebe-se que a relação entre biblioteca escolar e o contexto educacional estiveram diretamente relacionados a instituição religiosa, desta forma, as bibliotecas escolares possuíam métodos e propostas de atuação conforme a ideologia teológica-científica.

As bibliotecas conventuais resistiram até a segunda metade do século XVIII. Em 1759, por influência do Marques de Pombal, ocorreu expulsão da Companhia de Jesus do Brasil e proibição de abertura de novos conventos, em 1835 o governo imperial proibiu definitivamente o noviciado, desde então, as ordens religiosas entraram em decadência.

Como afirma Moraes, (2006, p. 5):

[...] a proibição de Pombal de que fundassem novos conventos e a instituição do ensino leigo diminuem o papel dos conventos na formação intelectual dos jovens, e em fins do século XVIII, não representavam mais o que representavam antes. Substituídas pelos professores régios, a função dos conventos como centro de cultura e ensino começa a periclitir.

A expulsão dos Jesuítas ocorreu por motivos políticos, o objetivo de Pombal era organizar as escolas de modo a favorecer os interesses do Estado e não os interesses da fé, como a Companhia de Jesus. Os Jesuítas significavam uma ameaça para a imposição do sistema absolutista, ambicionado por Pombal, centralizado no Estado e que aspirava controlar toda vida social dos indivíduos (BELLO, 2001). Destaca-se que essa proibição se justifica pela ascensão de ideais iluministas, a partir da França, que divergia da ideologia da Igreja Católica. Esse conflito durou durante o século XVII e meados do século XIX e levou a decadência de diversos conventos no Brasil.

Com a decadência dos colégios religiosos, surgiram outras escolas visando a educação do ensino formal. No final do século XIX e início do século XX a biblioteca escolar ganha uma nova configuração, as bibliotecas de colégios privados se destacam nesse cenário, passando ao formato e caráter que tem nos dias de hoje.

Contudo, é a partir do século XX que a biblioteca escolar conquista espaços, a partir de algumas reformas educacionais. Por outro lado, com a expulsão

dos Jesuítas, houve crise no sistema educacional brasileiro e em toda sua estrutura administrativa. Conventos ficaram vazios, bibliotecas abandonadas e professores despreparados. Nesse processo ocorreu a decadência das bibliotecas escolares brasileiras, que desde a sua instalação não passaram por muitas mudanças significativas. As maiorias das bibliotecas escolares tiveram sua trajetória marcada pela precariedade, falta de recursos financeiros, informacionais, humanos, estrutura física e a cargo de interesse governamentais. Esses aspectos dificultaram seu avanço, onde muitas bibliotecas, até os dias atuais servem apenas como depósito de livros, sem organização e acesso aos usuários, não tendo claramente definido sua função social.

3.2 Concepções e desafios contemporâneos da biblioteca escolar

A escola é responsável por iniciar os alunos nas atividades de ensino e pesquisa e no processo de aprendizagem, com o intuito de fornecer uma base sólida para a posterior vida social, cultural e profissional, fora do ambiente escolar. Nesse sentido, é indispensável que todas as escolas tenham uma biblioteca escolar, que auxilie em todas as atividades realizadas pela escola e principalmente no repasse dos materiais e das informações necessárias aos seus usuários.

A biblioteca escolar localiza-se em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades.

Assim, a biblioteca escolar tem grande importância para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Ela é também caracterizada como um laboratório de pesquisa escolar ou de aprendizagem, que facilita acesso, a disponibilidade e a utilização de seus recursos para seus usuários.

Segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a Biblioteca Escolar, é declarado que:

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a

imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

Neste sentido, a biblioteca escolar pode ocupar um lugar destacado, não mais como depósito do saber acumulado, mas, sobretudo como agência disseminadora desse saber e promotora da leitura, e conseqüentemente do conhecimento.

A biblioteca escolar é definida por Hillesheim e Fachin (2003/2004, p. 3), como:

Um espaço em que os alunos encontram material para complementar sua aprendizagem e desenvolver sua criatividade, imaginação e senso crítico. É na biblioteca que podem conhecer a complexidade do mundo que os rodeia, descobrir seus próprios gostos, investigar aquilo que os interessa, adquirir conhecimentos novos, escolher livremente suas leituras preferidas e sonhar com mundos imaginários. Biblioteca escolar é centro ativo de aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas.

Uma das iniciativas das bibliotecas no contexto escolar é buscar integração entre alunos, professores, administrativos e gestores e o acervo informacional nelas existente para que possa desenvolver sua função social, educacional e humanística no âmbito da escola.

Em se tratando do processo de mediação e formação de leitores, as bibliotecas assumem papel fundamental ao possibilitar à comunidade escolar o acesso à leitura e às pesquisas através do seu acervo, mostrando ao aluno a importância do livro e da prática de leitura, da informação e do conhecimento.

A biblioteca escolar é um espaço de inclusão social ao permitir o livre acesso à informação a todos os elementos que a compõem, sem qualquer discriminação de idade, raça, sexo, condição social, religião, etc. Sua missão vai além de oferecer suporte informacional, como também formar leitores, pesquisadores, além de contribuir para formação de indivíduos para pensamento crítico.

Nestes termos, o Manifesto da Biblioteca Escolar destaca: A biblioteca escolar oferece serviços de apoio à aprendizagem, possibilitando a formação de usuários aptos a lidar com informação, em diferentes suportes e formatos, e de cidadãos com capacidade de pensar e refletir criticamente sobre suas escolhas e decisões (IFLA, 2000).

Para que a BE cumpra sua missão e exerça seu papel educativo, é necessário que esta desempenhe seus objetivos e funções no processo de ensino-aprendizagem. Para o Manifesto IFLA/UNESCO (1999, p. 2) os objetivos das bibliotecas escolares são:

- a) Apoiar e fortalecer as metas da educação como parte integrante do currículo escolar;
- b) Estimular a aprendizagem e a prática na habilidade da leitura (alfabetização) relacionada à identificação, seleção, recuperação, uso, aplicação e interpretação da informação, independente do suporte, incluindo a tradição oral;
- c) Proporcionar oportunidade para o desenvolvimento de atividades individuais ou em grupo no uso e criação de dados informacionais, independente do suporte, para o desenvolvimento de conhecimento, imaginação e recreação;
- d) Promover a pesquisa a nível local, nacional e mundial, organizando atividades que desenvolvam a sensibilidade e consciência cultural e social;
- e) Promover pesquisas e oportunidades de aprendizagem que representem a diversidade de ideias, experiências e opiniões, atendendo as necessidades e condições locais e nacionais;
- f) Facilitar a promoção da educação continuada, individualmente e em grupo garantir um ambiente em que a importância da alfabetização, da capacidade para a leitura e cálculos seja reconhecida;
- g) Enfatizar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pré-requisitos básicos para o fortalecimento da cidadania e da democracia;
- h) Fornecer instrução e assistência no uso da informação tecnológica e das pesquisas divulgadas nos vários meios de comunicação;
- i) Facilitar a formação de um centro de informação na escola, além da biblioteca e o acesso à informação por meios tecnológicos como, por exemplo, a Internet.

Esses objetivos são essenciais para que a biblioteca exerça sua missão, constituindo-se como um instrumento indispensável no ambiente escolar.

A BE desempenha funções fundamentais no contexto educacional. E segundo Stumpf e Oliveira (1987 apud HILLESHEIM; FACHIN, 1999, p.69-70) cabe estas três funções básicas:

- função educativa: serve de suporte no desenvolvimento de atividades curriculares para a melhoria do ensino, funcionando como instrumento de formação do indivíduo;
- função cultural e social: é um espaço em que os produtos da cultura (livros, jornais, revistas, gibis, mapas, etc.) são disponibilizados para comunidade escolar, ou até para a comunidade em geral, possibilitando o acesso à informação e a transmissão de conhecimento por meio da convivência entre pessoas de diferentes faixas etárias, raças, classes sociais e experiências;
- função recreativa/educativa: permite que o usuário construa um novo conceito de biblioteca e passe a frequentá-la não apenas por obrigação,

mas por lazer e prazer; estimulando o gosto pela leitura desde os primeiros anos escolares da criança.

É necessário que a biblioteca escolar esteja inserida na proposta pedagógica da escola e que ambas sejam condizentes em sua filosofia, sem separação de prática e teoria. Pois a escola e a biblioteca cumprem papel importante no contexto democrático, assegurando a igualdade e participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A biblioteca escolar deve estar inserida no planejamento político pedagógico da escola, dando suporte ao currículo, participando das estratégias para dinamização do ensino, das discussões com o corpo docente com vista a possibilitar a utilização dos recursos informacionais neste espaço, que certamente contribuirá para a construção da cidadania.

Roca (2012, p. 20), argumenta que a biblioteca escolar:

Deve ser reconhecida, como um recurso educacional de grande valor, ela e seu uso deve estar integrado em um projeto curricular e educacional da escola, convertendo-se em elemento ativo que favoreça o processo de ensino e aprendizagem que apoie o trabalho do docente.

Neste sentido é importante que a biblioteca escolar esteja associada ao currículo da escola, ou seja, ligado às intenções do sistema educacional e ao plano cultural com vistas a guiar o ensino e aprendizagem, na perspectiva do desenvolvimento intelectual dos alunos.

Conseqüentemente, este processo deve atender às necessidades dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar. Essas necessidades estão ligadas à leitura, à pesquisa, à educação, à aprendizagem, ao uso da informação, da comunicação e das tecnologias para que se desenvolva a formação do cidadão.

Para que as bibliotecas escolares possam conseguir desenvolver sua influência na formação dos alunos na escola, é imprescindível o envolvimento e a participação do profissional na elaboração e construção do regimento da escola, no qual devem constar as funções da biblioteca, os recursos humanos que nela atuarão, bem como suas finalidades e ações no contexto da escola e da comunidade escolar.

Porém deve ser estabelecida uma organização que leve em consideração os interesses dos alunos, a proposta pedagógica da escola, na qual a leitura deve sustentar o planejamento de todos os programas e práticas da biblioteca escolar. No planejamento de produtos e serviços deve-se ter conhecimento de uma tipologia de leitura que atenta a propósitos diversos de interlocução, tais como: busca de informação, estudo e pesquisa.

A parceria pedagógica entre a biblioteca e a escola deveria ser harmoniosa, mas em geral não costuma ser, esta é uma realidade em boa parte das bibliotecas escolares. Há muitos problemas: bibliotecas em espaço físico mal arejado, úmido, em lugar escondido, usada como sala de reunião, acervo desatualizados ou sem arquivamento, faltam estantes, expositores, mesas, cadeiras entre outras bibliotecas que ficam a maior parte do tempo trancada, ou as que servem como espaço de punição aos alunos indisciplinados em sala de aula, espaço de conversa e passa tempo dos alunos, enfim a biblioteca em muitas escolas precisa assumir a sua função social.

O descaso com a biblioteca escolar não é incomum em nosso país, pois parte não possui biblioteca, contudo, as que possuem, não a exploram como deveriam, usam-na apenas como depósito de livros, sem uma organização pedagógica, sem integrá-la a ao projeto educativo da escola. [...] em geral, as bibliotecas escolares brasileiras estão dispostas em espaços que não oferecem segurança e conforto para receber pelo menos uma turma de alunos. (SOUZA, 2009, p. 119).

Portanto, na medida em que o Estado não oferece condições adequadas para o funcionamento das bibliotecas escolares, cabe ao profissional da informação, e também aos professores, medidas compensatórias como elaborarem projetos, atividades que revitalizem a biblioteca e drible a falta de recursos, promoverem debates nos âmbitos acadêmico-profissional e político social, visando a um maior reconhecimento da biblioteca escolar e da necessidade de que ela seja coordenada por um profissional especializadoe motivado.

3.3 A Lei 12.244/2010 da Universalização das Bibliotecas Escolares

A Lei 12.244/2010 da Universalização das Bibliotecas Escolares foi sancionada em 24 de maio de 2010, com vigência a partir de 25 de maio de 2010 no Diário Oficial da União e exige que as Instituições Públicas e Instituições Privadas, tenham Bibliotecas em um prazo de até 10 anos, ou seja, até 2020.

Essa lei é uma antiga reivindicação de bibliotecários e profissionais da educação, dada a importância da biblioteca escolar e o desenvolvimento do direito à leitura para formação do aluno. No entanto, apesar de ser reconhecida a importância das bibliotecas nas escolas, na prática a realidade é outra, principalmente nas bibliotecas de escolas públicas. Encontrar instituições que realmente tenham integração entre Biblioteca e Escola é um tanto complicado, porém para que a biblioteca possa fazer parte realmente do processo educativo é necessário que se tenha consciência da importância deste setor para Instituição.

No seu primeiro artigo a lei determina que: “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país contarão com bibliotecas, nos termos dessa lei” (BRASIL, 2010). Trata da importância e da necessidade das escolas públicas e privadas de se terem uma biblioteca, pois boa parte das escolas não possuem bibliotecas de forma concreta, principalmente no setor público.

A diferença entre o público e o privado, em termos de bibliotecas escolares, reside de fato de que em algumas escolas particulares se observa, minimamente, realidades que se destacam pelo investimento na contratação de bibliotecários e, principalmente na existência de sistemas de automação e organização desse espaço o que facilita a disponibilização de serviços. Comumente, são colégios particulares, considerados de elite, na cidade, com mentalidade eminentemente religiosa. (SILVA, 2010). Assim, o ensino público é visto como inferior ao ensino privado que oferece melhores condições de aprendizagem, mas nem sempre estão em melhores condições.

No segundo artigo a lei define um conceito de biblioteca: “[...] considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010). Neste artigo, mostra que biblioteca deve possuir materiais para leitura em diversos suportes, não somente livros. Tornando acessível aos usuários

os diversos suportes informacionais, podendo a leitura ser praticada de diversas maneiras. Dá-se importância a política de desenvolvimento de coleções, planejamento organizacional, para uma boa qualidade do seu funcionamento.

No seu parágrafo único a lei 12.244/10, afirma que:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010).

No parágrafo acima, a lei estabelece a quantidade mínima de livros do acervo da biblioteca, o que é de fundamental importância o aspecto quantitativo do acervo, em se tratando dos aspectos qualitativos, deve ser disponibilizado um acervo de qualidade, atualizado, diversificado e integrado ao projeto político pedagógico da escola.

O artigo 3º da lei afirma que:

Os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010).

Esse artigo determina a instalação de bibliotecas em todas as instituições públicas e privadas e exige a presença do profissional bibliotecário, sendo este o único profissional habilitado para gerenciar a biblioteca. Diante deste fato, espera-se que a biblioteca escolar deixe de ser uma opção de aprimoramento da aprendizagem, mas que se torne essencial no processo educativo.

3.4 O papel do bibliotecário escolar

O bibliotecário é um profissional especializado com um título de bacharel em biblioteconomia, capacitado para atuar em bibliotecas e em outros locais que trabalham com o processamento de informações, gerencia tudo que envolve o planejamento, organização e a implantação de bibliotecas, centro de documentação e informação, sistemas de informação, acervos multimídias, análise e processamento técnico dos mais variados documentos e suportes. Por ser um

profissional muito ligado à parte técnica, muitos acham que este trabalho não tem um fim social, este tem atuação diretamente na sociedade, com objetivo de gerar conhecimentos, criar oportunidades e apresentar caminhos para que os envolvidos reflitam e sejam capazes de tirar conclusões e também gerar conhecimentos.

Para Morigi, Vanz e Galdino (2002, p.142), “o dever do bibliotecário enquanto cidadão ou enquanto profissional é agir como catalisador e difusor da informação na comunidade onde atua”. Em razão disso, o bibliotecário deve perceber claramente seu papel de processador e filtrador da informação e utilizá-la de forma coerente e eficiente, voltado para o usuário, para assim satisfazer a necessidade de informação da comunidade escolar.

Segundo Fragoso (2002), “uma biblioteca escolar com boa estrutura física e excelente acervo, apesar de parecer ótimo, não cumpre com seus objetivos se não houver bibliotecário no comando”. A maioria das bibliotecas do país não possuem bibliotecários, muitos desconhecem as funções deste profissional, muitas vezes esta função pode ser vista como um simples guardador ou repassador de livros. Geralmente lhe são atribuídas somente funções técnicas (seleção, planejamento e organização da biblioteca), este deve atuar com uma identidade pedagógica, ciente de seu papel como agente escolar que pode mediar informações necessárias para a formação do sujeito.

O bibliotecário escolar também tem que conhecer a política educacional da instituição, saber da vida escolar de seus usuários e participar de todas as atividades que envolvam o ambiente escolar. Precisa promover atividades que facilitem a aprendizagem dos usuários e demonstrar que a biblioteca é um ambiente que coopera para o processo de ensino-aprendizagem (BORBA, 2011).

Destarte, para que o bibliotecário consiga exercer sua função na biblioteca escolar, ele precisa estar atualizado e em formação contínua, pois na sociedade da informação, novas práticas de aprendizagem da educação e novos suportes informacionais sofrem influências das tecnologias de informação e comunicação a todo momento, e a biblioteca escolar precisa ter interação com essas mudanças.

Para Fragoso (2002, p. 16) o bibliotecário possui as seguintes funções:

- participar ativamente do processo educacional, planejando junto ao quadro pedagógico as atividades curriculares. E isso deve ser feito para todas as disciplinas, acompanhando o desenvolvimento do

programa, colocando à disposição da comunidade escolar materiais e serviços que complementem a informação transmitida em classe;

- participar do processo de alfabetização;
- fazer do espaço físico da biblioteca um motivador de leitura, um local harmonioso, de modo a que os leitores se sintam atraídos por ela;
- estimular os alunos, através de atividades simples, desde o maternal, a desenvolverem o “gosto de ler”;
- proporcionar informações básicas que permitam ao aluno formular juízos inteligentes na vida cotidiana;
- oferecer elementos que promovam a apreciação literária, a avaliação estética e ética, tanto quanto os conhecimentos dos fatos;
- favorecer o contato entre alunos de faixas etárias diferenciadas.

Hillesheime Fachin (1999) destaca que, o bibliotecário escolar precisa estar consciente do seu papel como educador, como mediador entre informação e o usuário. Precisa criar projetos de incentivo à leitura e se programar para ensinar alunos e professores a realizar pesquisa bibliográfica.

O bibliotecário escolar deve ser articulador, dinâmico, inovador e capaz de motivar alunos e professores a visitarem e utilizar os recursos da biblioteca, contribuindo para a transformação do conhecimento do educando, sua formação cidadã e fortalecendo a prática docente.

O bibliotecário precisa participar ativamente de todos os acontecimentos que circundam o ambiente escolar, bem como ter conhecimento da política educacional da instituição na qual atua, estando atento a todos os aspectos que envolvem seu trabalho no contexto escolar, interagindo também através da parte técnica necessária ao bom funcionamento da biblioteca. (CORRÊA, 2002, p. 118).

Neste sentido, bibliotecários e professores devem trabalhar juntos na elaboração de projetos para aprofundar e ampliar os conteúdos tratados em sala de aula, o bibliotecário deve atuar como educador, influenciando na aprendizagem do aluno de forma positiva. Desta forma, o bibliotecário deve se posicionar politicamente diante das ideologias e estereótipos raciais, este como disseminador e mediador de informações tem como responsabilidade social promover a implementação de ações de combate ao racismo, bem como, o desenvolvimento das relações étnico-raciais possibilitando a utilização de seus recursos e serviços na diminuição das desigualdades raciais.

O profissional da informação/bibliotecário, como sujeito do processo da organização, preservação, disseminação e valorização da informação deve estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos veiculados

nesses livros, desenvolvendo um trabalho questionador e crítico com seus usuários – o que muitas vezes temos que buscar fora da nossa formação – enriquecendo seu aprendizado e resgatando de forma construtiva a contribuição do negro na sociedade brasileira. Ele deve além de identificar, desvelar a ideologia apresentando a humanidade/igualdade, este é um passo importante para o fortalecimento e construção positiva da identidade da população negra. (CARDOSO, 2015, p. 28).

Como visto com a passagem a cima compete ao bibliotecário(a) desenvolver um trabalho questionador e crítico na biblioteca, espaço de informação onde atua, isso envolve entre outras ações, adequar o acervo da biblioteca fazendo uma seleção material didático e literário e obras afins sobre a temática africana e afro-brasileira e outros grupos que compõe a população brasileira e maranhense. É necessário disponibilizar não somente livros didáticos para a compreensão do conteúdo, mas também ações culturais para dar visibilidades à importância da biblioteca escolar no suporte a promoção da diversidade cultural e étnico racial no ambiente escolar, a fim de promover uma sociedade justa e igualitária.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS E UNIVERSO DA PESQUISA

A metodologia é o caminho a ser trilhado pelo pesquisador no processo de produção do conhecimento sobre a realidade que se busca conhecer, também pode ser vista como o conjunto de procedimentos que não se resume à utilização das técnicas e instrumentos de pesquisa, mas que as incluem.

Segundo Richardson (1979 apud LEITE, 2008, p.108) a metodologia de uma pesquisa consiste em como serão coletados os dados e as informações, que serão analisados e interpretados no alcance dos objetivos gerais e específicos da própria pesquisa científica.

Desta maneira, como já mencionado anteriormente, esta pesquisa teve como objetivo analisar a função da biblioteca escolar e sua contribuição para o fortalecimento da educação por meio das relações étnico-raciais e suporte para aplicação da lei 10.639/03 na biblioteca de escola pública de São Luís do Colégio Cintra.

Destarte, esta investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica seguindo-se com uma pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica buscaram-se autores e obras selecionados, a fim de fazer o levantamento dos dados e informações que possibilitaram a produção do conhecimento teórico-prático sobre o estudo em foco. Para efeito de análise, utilizamos como técnicas para a coleta de dados a aplicação de questionários, entrevistas, levantamento bibliográfico e observação participante.

A presente pesquisa foi realizada de maneira a considerar quantitativos e qualitativamente os dados obtidos. A pesquisa quantitativa tem como objetivo coletar sistematicamente dados sobre a população em questão. Segundo Minayo e Gomes (2001) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O seu principal objetivo é obter informação para definir dados os quais são importantes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, para permitir que o resultado final seja satisfatório e alcance as expectativas com relação à caracterização das bibliotecárias em relação à Biblioteca Escolar.

Para estudar o caso, foi feito um levantamento bibliográfico na escola sobre história africana e afro-brasileira ou que continham personagens negros, e

aplicação de questionário com as bibliotecárias. O instrumento de coleta de dados que foi empregado é o questionário, com questões associadas ao tema proposto. Gil (1999, p. 128) define questionário como: [...] técnicas de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário foi estruturado de acordo com objetivo da pesquisa, constituído por uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito e com a presença do entrevistador devendo ser limitada em extensão e finalidade. A análise de dados: etapa que consiste em discutir, analisar e interpretar os dados coletados, organizados em categorias, sendo que, uma vez manipulados os dados e feita à apresentação dos resultados, foram feitas as interpretações destes, procurando dar um significado às respostas, fazendo uma exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Colocando os dados de forma sintética de maneira clara e acessível, através de gráficos, tabelas, quadros ou apenas relação textual quando necessário de acordo com as categorias ou situações de análise.

Com a finalidade de não explicitar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, apenas mencionaremos as falas das bibliotecárias, bem como identificaremos as referidas falas pelas letras A, B e C.

Dessa forma, a aplicação dos questionários, a realização das entrevistas e a observação foram fundamentais para conhecer a realidade do cotidiano escolar com relação aos temas raciais desenvolvidos na prática pedagógica das professoras.

4.1 O Centro Integrado do Rio Anil – Cintra

O Centro Integrado do Rio Anil – Cintra é considerada a maior escola da rede estadual de ensino, mantida pela Fundação Nice Lobão, de caráter público, vinculada ao Governo do Estado. Está localizado na Rua da Companhia, 01, Bairro Anil, São Luis/Ma. O Cintra é uma escola pública que atende cerca de seis mil alunos, a partir do 5º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio e a Divisão de Ensino Noturno que atende alunos da EJA fundamental e médio.

Desde sua fundação em 1994, a sua matriz encontra-se sedimentada em um prédio onde no século XIX funcionou a fábrica têxtil de maior relevância do Estado. A Fábrica de Tecelagem do Rio Anil que começou a funcionar em 1893 e decretou falência na década setenta, ficou fechada até o início dos anos noventa, quando o prédio foi adaptado para receber o Cintra. Desde então, nunca havia passado por uma reforma estrutural, tendo recebido apenas manutenções, para implementação da escola o espaço interno da fábrica passou por adaptações, toda reformulação implementada se preocupou em manter as características arquitetônicas originais do prédio, nesta proposta foram construídos salas de aulas, departamentos administrativos, centro cultural, sala de vídeo, biblioteca, teatro, centro de saúde, restaurante, quadra poliesportiva e lanchonete. Constitui ainda parte do acervo ludovicense considerado Patrimônio Cultural e Arquitetônico da Humanidade pela UNESCO.

Em números, a escola conta com uma biblioteca, uma área pedagógica composta por: 68 salas de aula, 5 salas de professores, 5 salas de coordenação pedagógica, uma secretaria geral, duas diretorias – administrativa e pedagógica, 10 divisões de trabalho (administrativo e pedagógico), 10 banheiros, 2 salas de informática, 3 lanchonetes, 1 laboratório de física, 1 de química, 1 quadra de esporte.

Apesar de toda estrutura apresentada, a escola enfrenta dificuldades e descaso do poder público. É evidente que essas dificuldades incidem diretamente na questão da qualidade da educação ofertada, bem como enseja limitações, o que reflete diretamente na qualidade e serviços prestados pela biblioteca desta instituição.

4.2 Biblioteca do Cintra

Segundo informações coletadas na biblioteca, a Biblioteca do Cintra foi inaugurada no mesmo ano da fundação da escola no dia 24 de março de 1994. A Biblioteca do Centro Integrado do Rio Anil – Cintra, é parte integrante da Coordenadoria de Projetos Integrados - CPI, desenvolvendo suas atividades de acordo com os interesses da Fundação Nice Lobão, instituição da qual faz parte. Esta biblioteca possui três áreas, uma área de pesquisa contendo o acervo

geral, setor de biblioteca infantil e uma área para atividades culturais, possui acervo de aproximadamente 24 mil exemplares.

As bibliotecas escolares estão organizadas com a finalidade de interagir com a equipe docente no desenvolvimento de atividades pedagógicas, facilitando, integrando e dinamizando o processo de ensino aprendizagem. Busca a formação de cidadãos reflexivos, orientando professores e alunos para a pesquisa escolar e o prazer pela leitura.

Com intuito de desempenhar bem sua missão, a biblioteca precisa estar integrada à prática desenvolvida na escola. Assim, a biblioteca do Cintra tem por missão “fornecer e orientar a pesquisa e consulta de toda comunidade educacional da escola, e atender não somente as necessidades fundamentais da educação como também priorizar o incentivo à leitura”.

Para Amato e Garcia (1989) a biblioteca inserida no processo educativo, deverá servir de suporte a programas educacionais, integrando-se à escola como parte dinamizadora de toda ação educacional. Neste sentido, o objetivo da biblioteca do Cintra é subsidiar alunos, professores e demais funcionários da instituição com informação que venham atender suas necessidades informacionais.

Finalidades da Biblioteca do Cintra:

- a) Organizar sistematicamente o acervo em geral, visando o atendimento qualitativo dos usuários (alunos, professores e funcionários), no que tange aos serviços fins da biblioteca: consulta local, empréstimo domiciliar (livros paradidáticos), entre outros;
- b) Atualizar o acervo através dos catálogos das editoras nacionais, pesquisa de internet, bem como, recebendo sugestões dos usuários, embasando-se com a proposta da “Política de Desenvolvimento de Coleções”.
- c) Incentivar o gosto pela leitura, através de se acervo e de atividades ligadas à literatura infanto-juvenil;
- d) Dar subsidio a sala de aula, oficinas e cursos quando necessário;
- e) Elaborar relatórios de atividades anualmente e enviar para Coordenadoria de Projetos Integrados.

Serviços Oferecidos:

- Consulta local de livros, revistas, jornais, mapas, etc.;
- Auxílio à pesquisa;
- Empréstimo domiciliar;
- Atividade de incentivo à leitura.

Funcionamento:

O horário de atendimento ao público é das 07h30min às 12h30min das 14h00min às 21h00min, podendo haver modificações no horário conforme as suas necessidades e autorização da Coordenadoria de Projetos Integrados, Direção Pedagógica e Geral.

Recursos:

Uma biblioteca bem planejada e aquela que considera como importante todos os aspectos que concorrem para “[...] torna-la um local ativo, dinâmico e ao mesmo tempo acolhedor a todas as propostas que visem o crescente entrosamento usuário-biblioteca” (SIMÃO, 1993, p.15). Deste modo, é imperativo avaliar a adequação dos recursos humanos, materiais e tecnológicos que emergem do seu fazer cotidiano.

Recursos Humanos:

O quadro de funcionários de uma biblioteca representa o grupo de pessoas dedicadas a promoção da informação, do livro e da leitura, indivíduos que conheçam bem o acervo, os serviços, as ações e o espaço da biblioteca na qual atuem. À frente da equipe de trabalho deve ter um profissional habilitado, com espírito de liderança que gerencie os recursos da biblioteca, este profissional e o bibliotecário, em contribuição ao trabalho do bibliotecário é imprescindível a contribuição do auxiliar, técnico qualificado que conheça todos os serviços bibliotecários e esteja engajado no trabalho de mediação da informação.

Quadro 1: Recursos Humanos

Recursos humanos da Biblioteca do Cintra		
Quant.	Profissional	Atribuições
3	Bibliotecário	Dirigir, assessorar, supervisionar os trabalhos realizados pela equipe; Encaminhar cronogramas de atividades, relatórios e avaliações para à CPI; executar os serviços técnicos; Planejar atividades, etc.
6	Aux. Administrativo	Auxiliar no processamento técnico; atender usuários; organizar livros e estantes; serviços de guarda-volumes, dentre outras atividades
2	Aux. de Biblioteca	Auxiliar no atendimento à pesquisa; auxiliar no processamento técnico, exercer atividades artísticas e culturais, dentre outras.
2	Serviços Gerais	Fazer limpeza geral na área da biblioteca, auxiliar no guarda-volumes.

Recursos Materiais:

A aquisição dos recursos materiais para a biblioteca escolar é item importante para sua melhor adequação, pois ao permitirem uma melhor disposição e aproveitamento do espaço com acomodação adequada para o acervo tornam a BE mais atraente. No tocante ao mobiliário acentua-se como o ideal a aquisição de estantes e armários de aço, pois além de serem mais resistentes tem maior durabilidade, evitam umidade e a infecções de pragas. Em relação as mesas devem-se dar preferência às redondas pois asseguram uma melhor organização. As cadeiras devem possuir proteção plástica nas pernas, a fim de evitar barulho ao arrasta-las. (FBN/CSBP, 2000).

Neste item, a biblioteca do Cintra apresenta uma grande deficiência, as estantes são bem antigas, as mesas e cadeiras são de plásticos de um material não muito resistente. No que se refere aos equipamentos, isto é, as máquinas que utiliza, destacam-se um computador, ar condicionado e aparelho de som.

Quadro 2: Recursos Materiais

RECURSOS MATERIAIS			
Classe	Item	Quant.	Localização
Mobiliários	Mesa	15	Sala de consulta, setor infantil, salão de atividades.
	Cadeira	70	Sala de consulta, setor infantil, salão de atividades.
	Estantes	31	Setor de referencia, acervo geral, setor infantil.
	Gaveteiros	4	Setor de referencia
	Quadro branco	1	Setor de referencia
Equipamentos	Computador	1	Setor de referencia
	Som	1	Setor de referencia
	Televisão	1	Setor infantil
	Impressora	1	Setor de referencia
Equipamentos Adicionais	Ar condicionado	5	Setor de referencia, setor infantil, salão de atividade.

O acervo:

O acervo consiste no conjunto de material criteriosamente selecionado, tratado e disponibilizado para o público, com a intenção de atender as necessidades informacionais.

Quadro 3: Descrição do acervo

DESCRIÇÃO DO ACERVO		
Categoria do material	Descrição	Percentual
Acervo Geral	Livros didáticos, paradidáticos, técnicos	80%
Obras de Referencias	Enciclopédias, dicionários, manuais e outros	5%
Acervo de Periódicos	Revistas, jornais e outros	10%
Materiais Especiais	Cds, globo, mapas e outros	5%

O acervo geral e de referência estão dispostos nas estantes de acordo com as áreas do conhecimento (classes principais). O acervo infanto-juvenil está organizado nas estantes por título na ordem alfabética.

O usuário tem livre acesso as estantes do acervo geral. Os serviços e os procedimentos que acontecem dentro da biblioteca, são como, por exemplo: o cadastro, empréstimo, renovação, reserva e multa. O cadastro: o usuário/aluno poderá adquirir sua carteira mediante apresentação da carteira de identidade e foto 3x4. Na carteira será informado: nome, RG, nº de inscrição, série, sala e validade. A validade da carteira será de um ano, ou seja, quando mudar de série, deverá fornecer novos dados, trazendo todos os documentos acima citados para renovação exceto foto 3x4.

O serviço de empréstimo é feito manualmente, preenchendo uma ficha com seus dados, assim o usuário poderá levar para sala de aula. O usuário pode fazer o empréstimo domiciliar, em que poderá levar somente livros de literatura geral, estrangeira, maranhense e juvenil. O prazo do empréstimo é de cinco dias para livros do setor infanto-juvenil e oito para livros do acervo geral, podendo o usuário levar dois livros de títulos diferentes.

A reserva do material deverá ser feita, com apresentação do título e autor, na qual será preenchido um cadastro. O máximo será de 02 (dois) livros e caso haja uma lista se reserva, a mesma deverá ser respeitada. Caso o usuário/aluno não entregar o livro em todas as formas de empréstimo (domiciliar, local e para Xerox), o funcionário vai à sala de aula ou liga para o usuário para que ele possa devolver o livro e é aplicada penalidade de uma semana sem poder fazer empréstimo.

5 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: análise de dados da pesquisa

A sociedade brasileira ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Esse pensamento tem o intuito de escamotear as desigualdades de condições e tratamento dos quais os negros são alvo.

Essa visão da realidade de que no Brasil não existe racismo passou a ser conhecida como mito da democracia racial. Esta crença na harmonia racial está presente no imaginário social que internaliza nos membros da sociedade a ilusão da igualdade de condições.

Logo, a dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em todos os segmentos da sociedade, uma lógica de segregação alicerçada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, em que se destacam a escola. É claro, que não podemos deixar de lado a mídia, pois atua de forma bastante forte na veiculação de imagens e ideias que acabam fortalecendo o grupo racial branco e estigmatizando negativamente o grupo racial negro.

A DCNRER indicam que para haver a promoção de uma educação anti-racista alicerçada em valores multiculturais é necessário que exista a mobilização de todas as disciplinas e de toda escola. Neste sentido, a biblioteca escolar surge também como um lugar para a difusão de saberes no ambiente escolar, as diretrizes esboçam a importância da biblioteca como espaço para a promoção da educação das relações étnico-raciais.

5.1 Apresentação dos resultados

Um acervo de biblioteca escolar deve preocupar-se em atender ao máximo as necessidades e expectativas dos usuários, mantendo um acervo diversificado, abrangente nos diversos ramos que a escola trabalha. A biblioteca deve adotar uma política de formação de acervo para atender os programas

curriculares, as necessidades de leitura, pesquisa e informação dos alunos e professores e da comunidade escolar.

Se a escola é um espaço dinâmico que reflete o jogo político cotidiano, ou seja, visões de mundo e interesses específicos, devemos considerar que o livro didático ocupa papel de destaque no processo ensino-aprendizagem, pois apresenta à comunidade escolar uma construção textual cuja carga ideológica, numa interface com as percepções de mundo dos educandos, contribui para promover a afirmação ou desconstrução de conceitos e preconceitos que fazem parte da sociedade. Vejamos o que afirma Bitencourt (2006, p. 72):

Mas o livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em uma determinada época.

O livro didático se fazer presente no espaço escolar como alicerce na formação dos alunos, pois a maioria das disciplinas, todos os professores, todos os alunos recebem livros didáticos. No entanto, numa sociedade onde a escravidão foi inerente ao seu processo de construção, deixando marcas históricas sobre a população negra é imperioso ao docente ter a sensibilidade de perceber que a carga simbólica apresentada pelos livros didáticos chega ao educando, que em formação, pode enxergá-la como paradigma comportamental, demarcando noções de valores sociais positivos ou negativos.

Para a realização deste trabalho, foram feitas pesquisas diretamente nas estantes no intuito de mapear no acervo os livros que continham história da África e afro-brasileira, personagens negros e imagens de negros. Foram encontrados 61 livros com a temática, aqui dispostos em forma de referência bibliográfica.

LIVROS DIDÁTICOS

- BENJAMI, Roberto. *A África está em nós: historia e cultura afro-brasileira*. 2006.
- SOUZA, Mariana de Mello. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2014.
- PEREIRA, Mateus; AMORIM Gisella; PINTO, Amélia. *História do povo brasileiro*. Belo Horizonte: Rona, 2012.
- REIS, João José; GOMES Flavio dos Santos (Orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

- SOUSA, Laura Olivieri Carneiro de. *Quilombos: identidade e história*. Rio de Janeiro: Fronteiras, 2012.
- LIMA, Heloisa Pires; MELO, Willivane Ferreira de; VASCONCELOS, Águida Maria A. de. *O fio d'água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?* São Paulo: Prumo, 2014.
- SAMPAIO, Francisco Coelho; VIANA, Maria. *Estado do Maranhão: livro regional 4º ou 5º ano*. São Paulo: Scipione, 2014.
- MARIN, Marilu Favarin. *Trabalho escravo, trabalho livre*. São Paulo: FTD, 1996. (Coleção Para conhecer melhor).
- QUEVEDO, Julio; ORDOÑEZ, Marlene. *A escravidão no Brasil: trabalho e resistência*. São Paulo: FTD, 1996. (Coleção Para conhecer melhor).
- GOMES, Flavio dos Santos. *De olho em Zumbi dos Palmares: história, símbolos e memória social*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

LIVROS DE EDUCAÇÃO

- SILVA, Natalino Neves da. *Juventude negra na EJA: o direito à diferença*. Belo Horizonte: MazzaEdições, 2010.
- FONSECA, Marcus Vinicius; SILVA, Carolina M. N. da; FERNANDES, Alexandra B (Orgs.). *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- DANTAS, Carolina Vianna; MATOS, Hebe; ABREU, Marta (Orgs.). *O negro no Brasil: trajetória e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- MATOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- SILVA, Ana Lucia. *Letramento e reexistência: poesia, grafite, música, dança, hip hop: movimento juventude no Brasil/movimento negro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *O negro na obra de Coelho Neto*. Imperatriz: Ética, 2003.
- BENTO, Maria Aparecida S. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. São Paulo : Ática, 1998.
- TREVISAN, Leonardo. *Abolição: um suave jogo político?* São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Polêmica).
- OLIC, Nelson Bacic; CAMEPE, Beatriz. *África: terra, sociedades e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).
- LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo Franco. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Polêmica).
- ANDRADE, Manuel Correia. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo, 1991.
- CARREL, Lourdes. *Terras de negros: herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997. (Coleção Ponto de Apoio).

- BOULOS JUNIOR, Alfredo. *13 de maio: abolição porque comemorar?* São Paulo: FTD, 1996. (Col. Construindo nossa memória).
- CARVALHO, André; COSTA, Margaret Gomes da. *Racismo*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Lê, 1998. (Col. Pergunte ao José).
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo?* 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos).
- BERND, Zilá. *O que é negritude?* São Paulo São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. Primeiros Passos).
- SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). *Negritude, cinema e educação: caminhos para implementação da lei 10.639/2003*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006. 4.v.
- MARTINS, Adilson. *Lendas de Exu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Palla, 2008. il.
- SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. (Coleção Cultura negra e identidade).
- FELINTO, Renata (Org.) *Cultura africana e afro-brasileira em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- FERREIRA, Mateus; AMORIM, Gisella; PORTO, Amélia. *Quilombolas e quilombos: história do povo brasileiro*. Belo Horizonte: Rona, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 15. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2004.
- GRAMATO, Fernando. *O negro na chibata: a vida de João Candido, nosso mestre-sala*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SEÇÃO INFANTO-JUVENIL

- OLIVEIRA, Ganymédes José S. de. *A história do galo marquês*. São Paulo: Moderna, 1982.
- TUCCI, Willian. *A rebelião das palavras*. Ilustração Denise Nascimento. São Paulo: Scipione, 2002. (Serie Dialogo Junior).
- GUIMARAES, Geni. *A cor da ternura*. Ilustração Saritah Barboza. 9.ed. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Canto Jovem).
- SILVA, Marcia Regina da. *A lenda da Pemba*. Ilustração Rosana Paulino. Cajamar/SP: Escala Integrada, 2013.
- RACHEL, Isadora. *As dozes princesas dançarinas*. Tradução Isabel Aleixo. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. il.
- SAVARY, Flavia. *Anabela procura e acha mais do que procura*. Ilustração João Lin. Belo Horizonte: Dimensão, 2007.
- CRIPWELL, Ken. *Água suja*. Tradução Olga Barrados. Ilustração Joan Gammans. São Paulo: Longman, 1994.

- SUHR, Mandy. *Audição*. Tradução Lila Spinelli. Ilustração Mike Gordon. São Paulo: Scipione, 1998.
- PERREIRA, Édimo de Almeida. *Contos de Mirabile*. Ilustração Denise Nascimento. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007
- GUTIERREZ, Joaquim. *Cocori*. Tradução André Pereira da Costa. Ilustração Rui de Oliveira. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- CARVALHO, Carlos Alberto. *Chica, Sinhá!* São Paulo: Universo do Livro, 2012.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *Bichos da Africa1: a mosca trapalhona – a tartaruga e o leopardo*. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000. il.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *Bichos da Africa2: a moça e a serpente – a vingança de Eraga – o casulo e a abelha* 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000. il.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *Bichos da Africa3: porque os cães se cheiram uns aos outros – o julgamento da tartaruga*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *Bichos da Africa4: lendas e fabulas – o jabuti e o chacal – a águia e o gavião – o cão e os gatos*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2000.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *Dingono, o pigmeu*. Ilustração Roberto Caldas. São Paulo: Melhoramentos, 1997.
- ZATZ, Lia. *Jogo duro: era uma vez uma historia de um negro que aqui passou em branco*. Ilustração Robson Araujo. Belo Horizonte: Dimensão, 2006.
- GONÇALVES, Esther Peixoto Mello. *Justiça dos escravos*. São Paulo: Letras & Letras, 1991. (Coleção Teatro na Escola).
- LIMA, Aristides Fraga. *Mané Tomé, o liberto*. Ilustração Marcelo Bicalho. São Paulo: Scipione, 1990. (Coleção Aqui e agora).
- MWANGI, Meja. *Mzungu*. Tradução Marcelo Pen. São Paulo: Edições SM, 2006. (Barco a vapor, 14 série vermelha).
- PEREIRA, Eduardo Carlos; MOTT, Maria Lucia. *No tempo da escravidão no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *NyangaraChena: a cobra curandeira*. Ilustração Salmo Dansa. São Paulo: Scipione, 2006. (Coleção Crisálida).
- OLIVEIRA, Marcelo L. R. *O sumiço da elefanta: uma aventura na África*. Ilustração Ricardo Dantas. São Paulo: FTD, 2008.
- OLIVEIRA, Kiusam. *OMO-OBA: história de princesas*. Ilustração Josias Marinho. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.
- BARBOSA, Rogerio Andrade. *O segredo das tranças e outras histórias africanas*. Ilustração Thaís Linhares. São Paulo: Scipione, 2007.
- ZIRALDO. *O menino marrom*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

Para que os materiais da biblioteca consigam atender de maneira precisa e abrangente as necessidades dos alunos, um dos fatores que adquire muita importância é a atualização das obras. Como a escola é um lugar dinâmico e está sempre em processo de mutação, já que precisa acompanhar as transformações que acontecem em seu entorno, os materiais precisam estar de acordo com a realidade e com o conteúdo ministrado em sala de aula. Neste sentido, há um déficit muito grande de materiais didáticos que ampliem o conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, haja vista que a biblioteca é um dos principais meios de difusão desses saberes.

Desde que a Lei Federal n.º 10.639/03 foi sancionada, pouco tem sido feito para adquirir literaturas que discutam ao longo dos anos a contribuição da população negra e de seus antepassados na construção e formação da sociedade brasileira, além de trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária (BRASIL, 2004).

Conforme podemos constatar, o acervo da biblioteca está desatualizado, faltam recursos materiais e financeiros. O acervo é constituído em sua maioria por doações, pois a verbas destinadas para aquisição de novos materiais é inexistente.

5.2 Entrevista com as Bibliotecárias

Quadro 4: Como é o processo de escolha dos livros e materiais pedagógicos utilizados na biblioteca?

Resposta da Bibliotecária A	O processo de seleção do acervo é feito a partir da demanda de usuários, adquirido a através de compra e doação (MEC e comunidade).
Resposta da Bibliotecária B	O processo de escolha dos livros é feito através de compras, doações pela comunidade, professores, alunos, MEC, PNDE.
Resposta da Bibliotecária C	A formação do acervo dá-se a partir da necessidade dos usuários, adquiridos por compra e através de livros doados pelo MEC (FNDE/PNBE) e por doadores da comunidade.

Ao perguntarmos como é o processo de escolha dos livros e materiais pedagógicos utilizados na biblioteca as entrevistadas nos deram a mesma resposta, mostrando, assim coerência em relação à aquisição do acervo.

É importante frisarmos que a seleção de materiais é possivelmente a tarefa mais importante em uma biblioteca. É ela que irá fundamentar todas as demais atividades e serviços oferecidos. O bibliotecário deve atender a critérios técnicos, quais sejam, a precisão, a autoridade, imparcialidade, atualidade, cobertura/tratamento, conveniência, idioma, relevância/interesse e estilo, além de critérios relativos a outros aspectos do material como as características físicas, contribuição potencial, aspectos especiais e custo. (VERGUEIRO, 2010). “Acredito que instituições de informação mais eficientes, com acervos e serviços que respondem de forma adequada às necessidades dos usuários, passam pela definição correta das atividades de seleção”. (VERGUEIRO, 2010, p.109).

Assim, o bibliotecário deve envolver a toda comunidade escolar no processo de seleção, realizando periodicamente estudos de usuários. Mas em especial, faz-se grande importância uma sintonia entre a biblioteca e o corpo docente, pois, “são os professores que terminam por adotar uns ou outros desses livros segundo seu contexto educativo. Os docentes juntam-se aqui a todos os demais mediadores e bibliotecários que enfrentam tarefas de seleção [...]” (COLOMER, 2007, p. 127).

Quadro 5: Conhece no acervo se existe algum livro sobre cultura africana e afro-brasileira?

Resposta da Bibliotecária A	Sim, em diversas áreas do conhecimento (história, sociologia, literatura infanto-juvenil, etc.)
Resposta da Bibliotecária B	Sim, nas várias áreas do conhecimento, história, literatura, sociologia.
Resposta da Bibliotecária C	O acervo conta com vários títulos sobre a cultura “africana e afro-brasileira” nas mais variadas áreas, ainda no setor infantil.

Ao indagarmos sobre o conhecimento das entrevistadas de livros sobre cultura africana e afro-brasileira, as entrevistadas foram categóricas em afirmar a existência de livros especificamente nas áreas de história, literatura e sociologia.

Ressaltamos que por meio do planejamento inerente ao processo de desenvolvimento de coleções, deve-se buscar representar os demasiados aspectos da cultura africana e afro-brasileira, em diversos meios de informação tais quais livros, filmes, mapas, revistas, registros da tradição oral englobando aspectos tais quais: história, arte, política, língua, culinária, religião, contribuições técnico-

científicas da comunidade negra, a saúde de populações negras, a etno-matemática e etc. Antes, é preciso lembrar que a diáspora africana dos tempos coloniais trouxe ao continente americano, povos de diversos contextos socioculturais.

Nesse sentido, partindo-se da ideia da biblioteca como um espaço democrático, que busca a igualdade e o fortalecimento da diversidade e, por, em sua maioria, estarem localizadas nos ambientes escolares, justamente por entender que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção das igualdades étnico-raciais positivas pela expressiva diversidade em seu interior. Cardoso (2015) afirma que uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está inserida, analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipados dos negros e também identificar as histórias silenciadas, recuperar preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários desta o convívio com a diversidade cultural.

Nesse sentido, a biblioteca escolar, como práxis complementa as atividades de sala-de-aula, servindo como base informacional tanto para professores e estudantes como toda a comunidade escolar.

As obras que compõem o acervo da biblioteca escolar devem ser contextualizadas aos seus usuários durante o serviço de referência, sendo elas imprescindíveis para o entendimento histórico do processo de negação da cultura negra e no entendimento da identidade nacional presente no tempo contemporâneo.

Quadro 6: Segundo sua opinião, qual a contribuição do negro para o Brasil?

<p>Resposta da Bibliotecária A</p>	<p>O negro contribui e continua contribuindo na construção da nossa sociedade, em nossa cultura (culinária, religiosidade, na capoeira, música) Literatura, política, artes, produção intelectual-científica e cultural, etc.</p>
<p>Resposta da Bibliotecária B</p>	<p>As contribuições do negro para o Brasil foram às danças, culinária, música, linguagem, força de trabalho por serem “fortes e robustos”, nas rodas de capoeira com som de berimbau. E também nas questões religiosas.</p>
<p>Resposta da Bibliotecária C</p>	<p>São evidentes as contribuições dos negros na construção da sociedade brasileira nos mais variados aspectos tais como: influência na linguagem, religião, folclore, dança, música, culinária, impulsionou a economia com sua força de trabalho, além de outros.</p>

O quadro de resposta mostra o que as bibliotecárias pensam sobre a contribuição do negro para o Brasil. Todas as entrevistadas destacam as contribuições dos negros, que se dá a partir da linguagem, culinária, danças, folclores e como força de trabalho impulsionando a economia, como citou a Bibliotecária B, já Bibliotecária A foi um pouco além destacando a contribuição sobre o aspecto político, intelectual-científico e cultural.

Percebemos que as entrevistadas pontuam as contribuições a partir de concepções historicamente construídas sobre o negro e sua população, estas estão presentes até os dias de hoje nos livros didáticos, fazendo parte de uma visão monocultural e eurocêntrica da História do Brasil.

Ressaltamos que, a História da população negra no Brasil, nunca foi trabalhada de forma verídica pela literatura, o livro didático durante muito tempo nos trouxe uma visão distorcida da população negra, negando sua história e suas raízes. Para Freitas e Jesus (2011, p. 1), “a falta da imagem dos negros nos livros didáticos contribui para a discriminação no contexto social”.

Apesar de algumas mudanças que vêm ocorrendo em nossa sociedade, ainda é comum encontrarmos no ambiente da escola representações preconceituosas e estigmatizantes em relação aos negros/as, seja nos materiais didáticos ou nas atitudes. Nos materiais didáticos geralmente estão associados à uma invisibilidade, sendo representados como minoria; na omissão da identidade racial de personalidades históricas; na associação de negros/as ao trabalho braçal e a posições subservientes; nas personagens femininas negras como objeto de desejo sexual; na estigmatização de papéis sociais específicos como jogadores de futebol, sambista etc.; negros como sinônimos de escravos; nas piadas racistas e nos apelidos; no vocabulário racista; na associação de negros (as) à falta de higiene [...]. (ABRANTES; ALMEIDA, 2010, p.51).

Fernandes (2005) pontua que, apesar da enorme diversidade cultural da sociedade brasileira (multirracial e pluriétnica), as escolas do país ainda não aprenderam a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabem trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços. A esse respeito, é enfático ao dizer que:

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, desprezasse a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos livros didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada (FERNANDES, 2005, p. 380).

Um grande aliado das bibliotecas escolares na promoção da igualdade racial é o PNBE, Programa Nacional da Biblioteca Escolar. Criado em 1997, o PNBE tem incluído e aumentando sistematicamente os títulos de obras na temática afro-brasileira nas bibliotecas de escolas públicas. (SOUZA, 2014, p. 24).

Quadro 7: Tem conhecimento da Lei Federal 10.639/03? Qual a importância dessa lei?

Resposta da Bibliotecária A	Sim. A lei federal 10.639/03, ela dispõe sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Acho que sua importância se dá em tornar conhecida, difundida, respeitada e valorizada a raça negra.
Resposta da Bibliotecária B	Sim. A Lei 10.639/03 é voltada para inclusão do negro na cultura de um modo geral e para a sociedade contemporânea. E dá as diretrizes na educação para a inclusão das disciplinas de história de cultura africana, afro-brasileira e na difusão da mesma.
Resposta da Bibliotecária C	Sim. Acho de suma importância para que a “Cultura afro-brasileira” seja difundida, valorizada e respeitada.

Todas as entrevistadas mostraram ter conhecimento a respeito da Lei 10.639/03, destacando a importância desta para a inclusão, difusão, valorização e respeito à população negra.

A Lei Federal nº 10.639/03, juntamente com as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004 norteia os currículos de ensino fundamental e médio estabelecendo uma base comum respaldada pela União. Esta lei objetiva a implementação de políticas antirracistas.

Para Rosemberg, Bazilli e Silva (2003):

O racismo é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos específicos, com base em características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inerentemente diferente e inferior. Tais diferenças são, em seguida, utilizadas como fundamentos lógicos para excluírem os membros desses grupos do acesso a recursos materiais e não materiais. (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003, p. 128).

A formulação de políticas afirmativas voltadas aos descendentes de africanos diz respeito ao protagonismo do movimento negro que ao longo do século XX se organizou politicamente em movimentos antirracistas e de inserção e valorização da cultura negra.

Assim, a formulação de políticas públicas voltadas às populações negras está intrinsecamente ligada à própria organização política negra, que aos poucos conquistava espaço e inseria o debate da educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Conforme Silva (2011) o movimento negro:

[...] reivindicou e introduziu no sistema de ensino a pluralidade cultural, mesmo que ainda como tema transversal; introduziu, através de uma ação paralela e continuada, junto a alunos e professores, a história e a cultura do povo na África e no Brasil; reconstruiu, em grande parte, a identidade étnico-racial, a autoestima, o autoconceito e a organização política do negro. (SILVA, 2011, p. 139).

Estas ações têm como objetivo central a valorização da cultura afro-brasileira e a superação de estigmas construídos ao longo dos séculos por conta da escravização dos africanos e de seus descendentes.

Quadro 8: Tem conhecimento sobre os kits “A cor da cultura” ?

Resposta da Bibliotecária A	Sim, mas não recebemos.
Resposta da Bibliotecária B	Sim, não fazem parte do acervo. A biblioteca não recebe os kits.
Resposta da Bibliotecária C	Sim, mas não fazem parte do acervo.

As entrevistadas têm conhecimento a respeito do kit A cor da cultura, mas todas falam que a escola não recebeu. Uma pena, haja vista esse kit ser permeado de materiais didático que poderia contribuir em seus trabalhos na biblioteca.

Os kits A Cor da Cultura, fazem parte do projeto do mesmo nome que em consonância com os objetivos traçados na Lei nº 10.639/03, pretende desfazer o estereótipo negativo que foi construído sobre a África e sobre os afro-brasileiros. Para tal feito, foi necessário deixar que a reescritura dessa história assumisse um olhar de dentro para fora, ou seja, contar a história do continente africano e dos seus descendentes no Brasil com base em seus atores. Este projeto possui dois grandes componentes: a produção audiovisual e formação de professores.

No Brasil há um reduzido e fragmentado conhecimento sobre a África e seus descendentes, um problema que poderia ser superado durante o processo de formação escolar. A valorização de personagens negros – homens e mulheres – na história de formação do país também é essencial para uma percepção mais positiva e menos estigmatizada dessa população no Brasil.

Com efeito, o acesso à informação histórica, sociológica, antropológica e literária críticas sobre a população negra brasileira é essencial. É esta produção que tem sido capaz de identificar os mais diversos desvios de interpretação sobre a influência africana na sociedade brasileira.

Assim, os temas, as abordagens e os enfoques da programação selecionada para o projeto “A Cor da Cultura” devem se colocar a tarefa de superar as situações de redução e fragmentação do conhecimento que se tem sobre a população afro-descendente no Brasil. Redução e fragmentação impedem a sociedade brasileira de compor um quadro mais nítido sobre a realidade social, econômica, política e cultural dos afro-brasileiros e contribuem para formação de preconceitos, alimentam práticas discriminatórias e, finalmente, fermentam o que denominamos racismo. (SANTA'ANNA, 2005, p.09)

Dessa feita, podemos entender o projeto A Cor da Cultura como articulador de um fluxo informacional que contribui para mudanças das relações sociais e das imagens construídas sobre os afrodescendentes e sua cultura. Especialmente por torna-se importante ferramenta na mediação sociocultural nos processos de apropriação das linguagens e usos de diferentes suportes, especialmente a experiência audiovisual com suas sensibilidades e escritas.

Quadro 9: Quais são as ações/Projetos da biblioteca? São planejadas periodicamente?

Resposta da Bibliotecária A	A cada ano é eleito o planejamento das atividades desenvolvidas pela biblioteca. Dentre as atividades de rotina da biblioteca, destacam-se alguns projetos desenvolvidos em datas especiais como Dia Nacional do Livro Infantil e de Monteiro Lobato, Dia Internacional do Meio Ambiente, Dia das Crianças, Dia do Folclore, etc.
Resposta da Bibliotecária B	As atividades são planejadas durante o ano letivo, também são planejadas periodicamente de acordo com as necessidades da Biblioteca e da própria escola. Os projetos da biblioteca são geralmente nas datas comemorativas.
Resposta da Bibliotecária C	Todos os projetos da biblioteca são planejados. Elabora e desenvolve projetos em datas comemorativas, são eles: Dia Nacional do Livro Infantil e de Monteiro Lobato, Dia Internacional do Meio Ambiente, Dia das Crianças.

Ao perguntarmos quais ações e projetos elaborados pela Biblioteca e sua periodicidade a única que respondeu foi a bibliotecária A, pontuando datas nacionalmente conhecidas na agenda da Biblioteconomia, quais sejam: Dia Nacional do Livro Infantil e de Monteiro Lobato, Dia Internacional do Meio Ambiente, Dia das Crianças, Dia do Folclore.

Quadro 10: Existe alguma ação voltada para questão racial? Que trabalhe o negro, cultura africana e afro-brasileira?

Resposta da Bibliotecária A	Não.
Resposta da Bibliotecária B	Na biblioteca não. Apenas no dia 20 de novembro dia da Consciência negra os professores orientam os alunos a fazerem pesquisa no ambiente da biblioteca.
Resposta da Bibliotecária C	Não.

Ao serem perguntadas se haviam ações voltadas para a questão racial, de inclusão do negro e cultura afro-brasileira, as bibliotecárias disseram que não havia, já a bibliotecária B, informou que no dia 20 de novembro os professores demandam dos alguma pesquisa no ambiente da biblioteca.

Isso demonstra que as questões referentes a população negras estão ainda distantes de serem incluídas nas bibliotecas escolares, mesmo em datas ditas como comemorativas não há um trabalho específico desenvolvido por esta.

É importante frisarmos que a função mais evidente de uma biblioteca escolar seria a formação do estudante enquanto leitor, estimulando a busca por informação por meio da pesquisa.

Segundo Santana Filho (2010): “O papel da biblioteca escolar é incentivar a leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do teto, não como algo estático, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados e informações interessantes”.

Nesse sentido, referentes as orientações da Lei 10.639/03, a biblioteca escolar deve trabalhar as relações étnico-raciais desde os primeiros anos do ensino infantil, com uma metodologia específica para cada etapa. A biblioteca escolar deve então permear suas atividades em ações educativas que explorem a construção de imagens da África e seus descendentes livre de estereótipos, destacando o protagonismo do negro na diáspora, assim como ações de combate a intolerância religiosa.

Quadro 11: A biblioteca trabalha datas importantes para a população negra?

Resposta da Bibliotecária A	A biblioteca auxilia os alunos em pesquisas como: Dia da Consciência Negra 20/11 e 13/05 Abolição.
Resposta da Bibliotecária B	Não trabalhamos ainda, mas podemos desenvolver algum projeto nessas datas comemorativas em homenagem ao dia da libertação dos escravos, 13 de maio e dia 20 de novembro dia da Consciência Negra como forma de valorizar a cultura negra e afro-brasileira.
Resposta da Bibliotecária C	Não, mas auxilia os alunos nas pesquisas sobre o assunto passado pelos professores em sala de aula.

Encerramos nossa pesquisa perguntando às entrevistadas se a biblioteca trabalha datas importantes para a população negra. Estas responderam que não há trabalho específico da Biblioteca nesse campo, mas que auxiliam os alunos nas pesquisas que os professores passam, nos dias 13 de maio e 20 de novembro, que são dia da Abolição da Escravatura e dia da Consciência negra, respectivamente.

A biblioteca deve ser lugar do conhecimento de fundamental importância para a (re)construção da identidade negra, isso na perspectiva do papel social que esta possui. No entanto, notamos que este ainda está muito prejudicado em decorrência da estrutura elitizada a qual as bibliotecas estão submetidas desde a sua criação (GOMES, 2016, p.749).

Dessa forma, quando se afirma que a Lei 10.639/03 deve ser implantada em todos os ambientes de ensino, não há como não lembrar da biblioteca. Essa unidade de informação está inserida em todos os espaços de ensino, sejam eles públicos ou particulares, sejam eles no ensino básico, fundamental, médio e superior. Por conta disso, aquele que atua nesses espaços como mediador e disseminador da informação deve ter uma postura diferente daquela que lhes foi ensinada no período da sua formação.

O bibliotecário não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão ao processo de discriminação racial brasileiro que a desqualifica a participação da população negra na construção social (GOMES, 2016, p.747).

Percebe-se neste momento que a responsabilidade social do bibliotecário deve ser posta em evidência, fortalecendo dessa maneira a importância da biblioteca no desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais nos ambientes educacionais possibilitando assim a utilização de seus recursos e serviços na diminuição das desigualdades raciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia é resultado de uma pesquisa realizada na Biblioteca Escolar do Centro Integrado Rio Anil, em São Luís-MA. Esta pesquisa nos possibilitou a análise e interpretação dos dados sobre **A biblioteca escolar como espaço para fortalecimento da educação das relações étnico-raciais**: análise da implementação da Lei 10.639/03, que dispõe a obrigatoriedade na inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do sistema de ensino brasileiro.

Assim, foi possível observar a grande singularidade do povo negro, como seus aspectos sócio-políticos em um contexto mais amplo na sociedade. Percebemos também, que a população de origem africana tem uma maneira própria de viver, uma cultura, uma religião e uma identidade que fortalece os laços de solidariedade e resistência diante do racismo e da discriminação racial. (FERNANDES, 1978).

Fazendo um paralelo entre as respostas com a realidade escolar no que diz respeito à Lei 10.639/2003, foram importantes para refletir e entender, até onde vai o comportamento da escola, aqui especificamente das bibliotecárias que trabalham em biblioteca escolar, em tornar possível uma educação que realmente proporcione a redução das desigualdades raciais e valorização da identidade étnico-racial. Isto é, a obrigatoriedade de inserir no currículo escolar, não apenas em datas festivas, mas trabalhar de forma aprofundada traz a possibilidade de despertar a consciência crítica e respeito nos educandos sobre a diversidade étnica, social e cultural que temos.

A implementação da Lei 10.639/2003 é fundamental para o enfrentamento da discriminação racial em ambiente escolar. Ao introduzir os conteúdos relativos à cultura afro-brasileira e a História da África e sua nova perspectiva, de modo obrigatório nas escolas, a Lei rompe com o ensino tradicional que aborda a formação brasileira como um desdobramento lógico e conseqüentemente da história europeia. (ROCHA, 2010).

Na parte empírica do trabalho monográfica, constatamos que na biblioteca do Centro Integrado Rio Anil não vem desenvolvendo trabalhos com base na Lei 10.639/03, embora haja um acervo importante, embora desatualizado.

É importante destacar que a Lei 10.639/03 obriga que o ensino de história e cultura africana esteja presente no currículo escolar.

Em relação a isto, Ana Célia da Silva confirma:

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contara história de Zumbi de Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político-econômica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (SILVA, 2005, p. 25).

O resgate e valorização da contribuição dos negros e seu legado passa por políticas afirmativas, de inclusão racial nos ambientes educacionais que há décadas formou-se nos discursos engajados da militância política negra em contraposição à ideologia estabelecida de democracia racial brasileira.

Assim, a biblioteca escolar deve constituir ações culturais que estimulem o senso crítico e a formação de seres humanos conscientes, acervos que contemplem a diversidade dos diferentes povos que formaram a identidade nacional brasileira, explorando a riqueza das manifestações culturais afro-brasileiras por meio de fontes presentes nas manifestações escritas, além de materiais audiovisuais, cartográficos e etc., sem perder a sensibilidade à rica tradição presente na oralidade destes povos.

Para tanto, o profissional da informação deve buscar problematizar as contradições sociais a que estão inseridas as populações de origem negra e parda, viabilizando a biblioteca como um espaço para a pesquisa e discussão da questão racial brasileira e na criação de novos conhecimentos. Cabe aqui a dicotomia entre o conhecimento técnico-científico inerente à formação do bibliotecário e a necessidade de conhecimentos para orientar os usuários da biblioteca no processo de pesquisa e na desenvoltura de projetos específicos na temática africana e afro-brasileira.

Fica claro que a biblioteca escolar tem papel fundamental na desconstrução da ideologia racista e na promoção da igualdade racial. Ela o faz por meio da pluralidade de discursos, onde o estudante poderá desenvolver livremente o seu entendimento, embasado por fontes de comprovada relevância científica, histórica e cultural. Trabalhar a questão negra por meio de ações culturais a partir do desenvolvimento de coleções temáticas trata-se antes de uma imposição ética para

as bibliotecas escolares brasileiras em sua missão de informar e educar para a liberdade.

REFERENCIAS

ABRANTES, Elisabeth Sousa; ALMEIDA, Desni Lopes. **Educação e diversidade**. São Luís, MA: UEMA, 2010.

AMATO, Mirian; GARCIA, Neise Aparecida Rodrigues. A biblioteca na escola. In: GARCIA, Edson Gabriel (Coord.). **Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo, Loyola, 1989

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001.

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006

BORBA, Maria do Socorro Azevedo. Bibliotecário educador: reflexão-ação-reflexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. Anais eletrônicos... Maceió: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/paper/view/1119>> Acesso em: 10 maio. 2018.

BRASIL, Presidência da república. **Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos**. Lei nº12. 244 de 24 de maio de 2010. Disponível em:<http://www.lei_12244_presidencia_da_republica.pdf.> Acesso em 13 de jun. de 2018.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP nº 3/2004, de 10 março de 2004. Brasília: Ministério da Educação, 2004

_____. Ministério da Educação e Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Biblioteca pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra**. Curitiba: CRV, 2015.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfiniet al. Bibliotecário escolar: um educador? **RevistaACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/issue/view/28>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução: Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **A História Africana na formação dos educadores**. Maringá, Cadernos de Apoio ao Ensino, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, set-dez. 2005.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na Escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.org.br>> Acesso em: 30. jul. 2018.

FREITAS, Madalena Dias Silva. FERREIRA DE JESUS, Natal. População negra brasileira: reflexo e imagem no livro didático. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011. Disponível em: <<http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/historia/co/435-1101-1-SM.pdf>>. Acesso em: 09 mar 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnica de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.21, n.3, p.738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. IN: SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter. **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Paulo, UFSCAR, 1997.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Escolar**. Disponível em: <<http://www.ifla.org/pdf.>> Acesso em: 21. jul. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. Tradução de Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2000. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2012.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB**, Florianópolis, v.7, n.1, p.134-146. 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: An Afro-Brazilian Political Alternative. **Journal of Black Studies – AfroBrazilian Experience and Proposals for Social Change**, v., n. 2, dez.,1998

ROCA, Gloria Durban. **Biblioteca Escolar Hoje**: recurso estratégico para a escola. Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Penso, 2012.

ROCHA, Helena do Socorro Campos da; **Raça, cor e diferença**: a escola e a diversidade. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate**: uma revisão da literatura. 2003.

SANT' ANNA, Wânia. **Marco Conceitual do projeto A Cor da Cultura**, 2005.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. **O papel da biblioteca escolar na formação do leitor**. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais15/Sem02/severinofarias.htm>. Acesso em: 19 maio. 2018.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo. Olinda: Edições Baluarte, 2010.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, kabengele. **Superando o racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2 ed. Brasília, 2005.

SIMÃO, Maria Antonieta Rodrigues; SCHERCHER, EroniKern; NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **Ativando a Biblioteca Escolar**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993. 1993.

SOUZA, Irany André Lima de. **Afro-literaturas infanto-juvenil**: negociações identitárias e relações étnico-raciais. Joao Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: 27 <http://www.cchla.ufpb.br/ccl/images/IRANY_ANDR%C3%89_LIMA_DE_SOUZA.pdf>. Acesso em 30 maio 2018.

SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: mercado de Letras, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília, DF: Bricquet de Lemos, 2010.

APENDICE

Apêndice A: Questionário aplicado com as Bibliotecárias do CINTRA

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO COM A BIBLIOTECARIA

- 1) Como é o processo de escolha dos livros e materiais pedagógicos utilizados na biblioteca?
- 2) Conhece no cerço se existe algum livro sobre cultura africana e afro-brasileira?
- 3) Segundo sua opinião, qual a contribuição do negro para o Brasil?
- 4) Tem conhecimento da Lei Federal 10.639/03?
- 5) Qual a importância dessa lei?
- 6) Tem conhecimento sobre os kits “A cor da Cultura”?
- 7) Quais são as ações/Projetos da biblioteca? São planejadas periodicamente?
- 8) Existe alguma voltada pra questão racial? Que trabalhe o negro, cultura africana e afro-brasileira?
- 9) A biblioteca trabalha datas importantes para a população negra?